



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 051

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühler - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE JUNHO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Solicito aos ilustres visitantes que tomem assento em seus lugares e quero avisá-los que qualquer intromissão será suspensa a Sessão. Vocês querem que faça a Sessão ou não?

Nós vamos fazer a Sessão, agora precisamos também que vocês tenham a compreensão para nos ajudar a realizá-la.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 60/2003

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Itaipulândia, considerando:

- o município possuir cerca de 8000 habitantes;
- que havendo a ocorrência de sinistros a comunidade é atendida pela unidade da corporação do município de Medianeira, distante 60 quilômetros de Itaipulândia;
- a necessidade de se prover a área de segurança local com estrutura e equipamentos de combate a incêndio e atendimento a sinistros de outra natureza e que dependam de profissionais da área;
- os elevados prejuízos causados a moradores na eventualidade de incêndio até a chegada da brigada de incêndio do município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

INDICAÇÃO Nº 61/2003

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de São Miguel do Iguaçu, considerando:

- o município possuir cerca de 26.000 habitantes;
- que havendo a ocorrência de sinistros a comunidade é atendida pela unidade da corporação do município de Medianeira, distante 20 quilômetros de São Miguel do Iguaçu;
- a necessidade de se prover a área de segurança local com estrutura e equipamentos de combate a incêndio e atendimento a sinistros de outra natureza e que dependam de profissionais da área;
- os elevados prejuízos causados a moradores na eventualidade de incêndio até a chegada da brigada de incêndio do município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1330

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 297/2003, que institui o ensino de Língua Italiana nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, de autoria do deputado Rafael Greca.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(aa) ÂNGELO VANHONI

RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 289/2003, que altera a redação do inciso II, do artigo 18, da Lei nº 13.666 (Lei do QPPE).

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa da Redação Final para as proposições constantes da Ordem do Dia, que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1336

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a transformação da Sessão Ordinária de 25.06.2003 em Comissão Geral para votação dos Projetos de Lei nº 359/2003 - Mensagem nº 021/2003 - "Dispõe que a carreira do Magistério Estadual, estruturada pelos cargos de Professor e Especialista em Educação, passe a contar com cargos de 20 e 40 horas-aula semanais".

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Augustinho Zucchi, André Vargas, Vanderlei Iensen, Pedro Ivo Ilkiv, José Maria Ferreira, Delegado Bradock, Marcos Isfer, Antonio Anibelli, Renato Gaúcho, Hermes Fonseca, Dobrandino da Silva, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Elza Correia, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1328

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Presidência a realização de Sessão Solene para a entrega de Título de Cidadania Honorária ao senhor Annibal Bianchini da Rocha, no dia 20 (vinte) de agosto de 2003, às 17h00, no Plenário desta Assembléia Legislativa, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Título de Cidadania Honorária foi concedido ao senhor Annibal Bianchini da Rocha, através da Lei 13.705, de 09 de julho de 2002. Até a presente data o

título não foi entregue ao homem cuja história se confunde com a história da arborização do município de Maringá.

O senhor Annibal Bianchini da Rocha foi o primeiro agrônomo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Graças a esse cidadão, Maringá preserva até hoje em suas ruas e avenidas diversas espécies de árvores raras, frondosas, cujo legado é uma lição de amor à natureza.

Se Maringá é considerada uma das cidades mais arborizadas do Brasil, muito deve a Annibal Bianchini.

REQUERIMENTO Nº 1317

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja destinado horário na Sessão Plenária, no próximo dia 25 de junho do corrente ano, para o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, para apresentação de propostas e reivindicações aprovados no Grito da Terra Brasil 2003, realizado nos dias 13 e 14 de maio, na Capital Federal.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1340

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 26 de junho para o dia 25 de junho, logo após a Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin, Carlos Simões, Durval Amaral, Ratinho Júnior, Plauto Miró Guimarães, Chico Noroeste, Waldir Leite e Neivo Beraldin.

REQUERIMENTO Nº 1341

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 30 de junho para o dia 25 de junho, logo após a Sessão Ordinária antecipada do dia 26/06 para o dia 25/06.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin, Carlos Simões, Durval Amaral, Ratinho Júnior, Plauto Miró Guimarães, Chico Noroeste, Waldir Leite e Neivo Beraldin.

REQUERIMENTO Nº 1333

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na condição de Presidente da CPI do Banestado, conforme atribuições legais e regimentais, com supedâneo no artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, REQUER prorrogação de prazo para finalização dos trabalhos desta Comissão, por 60 (sessenta) dias, a contar de 16 de agosto de 2003, considerando-se que no mês de julho haverá recesso.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Luciana Rafagnin, Ademir Bier, Ailton Araújo, Delegado Bradock e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

Esta CPI foi instalada no dia 17 de março do corrente. Com trabalho intenso desde o seu início, a Comissão ainda aguarda a chegada de documentos que serão colecionados ao relatório.

A documentação relativa à Agência de Fomento, onde estão R\$1,5 bilhão em ativos do Estado. Documentos das contas CC-5, que ainda estão sendo aguardados do Banco Itaú e Polícia Federal, são os principais subsídios que ainda não puderam ser analisados pela Comissão. Ainda insta explicitar que há, também, um pedido de execução judicial que está sendo proposto, e que, obviamente, demandará mais algum tempo a ser respondido.

Para que tenhamos um relatório consistente, mister se faz a presente prorrogação. Vale lembrar que até o dia de hoje, esta CPI, em razão dos feriados e recessos neste ano, além dos finais de semana, teve, na verdade, 66 dias de trabalho.

Por estas razões, é mais do que necessária a dilação de prazo ora requerida.

REQUERIMENTO Nº 1343

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais regimentais, REQUER, com base no artigo 78 e artigo 81 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a prorrogação da presente Sessão Ordinária por mais 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Duílio Genari, Waldir Leite, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter e Chico Noroeste.

REQUERIMENTO Nº 1329

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, solicita a cessão do Grande Expediente da Sessão do dia 12 de agosto para exposição do senhor doutor Luís

Negrão Dias, médico oncologista, superintendente do Hospital Erasto Gaertner e conselheiro responsável pela Liga Paranaense de Combate ao Câncer, para esclarecimentos aos senhores deputados sobre aquela benemérita instituição de saúde e ciência médica.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Solicita-nos a Liga Paranaense de Combate ao Câncer oportunidade democrática de expor seus anseios de promoção social, progresso material e científico e, sobremaneira, de atenuar os efeitos dos filtros burocráticos que o SUS está interpondo ao atendimento aos pacientes oriundos do interior do Paraná nos serviços especializados de Curitiba. O Dr. Luís Negrão Dias poderá traçar quadro claríssimo da situação, com a lúcida visão de quem serve aos mais pobres, e aos mais sofridos, na base social, junto ao seu leito de dores.

REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente:

Requer ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, que seja constatado nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, as “propostas de encaminhamento” - resultado da audiência pública “Transgênicos - oportunidades ou ameaças para a sociedade paranaense?” e se encaminhe este documento aos deputados federais, senadores e Presidência da República do Brasil.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

“BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO

Audiência Pública: Transgênicos - oportunidades ou ameaças para a sociedade paranaense?

Plenarinho da ALEP

Curitiba-PR, 24 de junho de 2003.

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Os agricultores do Estado do Paraná, deputados estaduais, lideranças das organizações dos trabalhadores rurais e urbanos presentes na Audiência Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para discutir os Transgênicos, baseados nas diversas manifestações em plenário, sugerem Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que desenvolva ações no sentido de:

01 - promover discussão ampla com toda a sociedade, não só no âmbito do Estado do Paraná, mas provocando outros Estados a debaterem o assunto;

02 - promover debates técnicos sobre os OGM's;

03 - avaliar os impactos ambientais que possam vir ser causados pelas plantações transgênicas no Estado;

04 - aprofundar a discussão sobre os impactos para a saúde humana;

05 - orientar a população paranaense, em especial os agricultores, de forma mais ampla sobre o que são os transgênicos, as ações, o que está sendo feito, as pesqui-

sas, etc. através de palestras que levem o esclarecimento que levem a questão de saúde e ambiental;

06 - discutir sobre os aspectos da Soberania Alimentar e a manutenção da biodiversidade, patrimônio da humanidade, sob a proteção do Governo Federal e não das multinacionais;

07 - zelar pela sustentabilidade econômica e ambiental advinda da aplicação das tecnologias que envolvam transgenia;

08 - manter e aperfeiçoar a Legislação Estadual no que diga respeito a Biotecnologia, a produtos transgênicos e soberania alimentar, independentemente mesmo do que venha a ser feito em âmbito federal;

09 - integrar os esforços e ações das Entidades Públicas e Privadas nesta questão;

10 - ampliar a Pesquisa Agropecuária paranaense, sob domínio, no estudo e desenvolvimento na área de Biotecnologia, de modo que esta atenda aos interesses maiores do Estado;

11 - promover seminário internacional sobre transgênicos, aos moldes do ocorrido em 1999, em Curitiba;

12 - moratória da produção e comercialização até que se esclareçam aspectos de saúde pública e ambiental;

13 - reprodução de cartilha elaborada por Sebastião Pinheiro que trata do assunto através da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

14 - implantar um sistema de rastreabilidade, segregação e certificação da produção de soja no Estado;

15 - rotulagem obrigatória que possibilite uma escolha informada pelo consumidor;

16 - responsabilidade objetiva dos produtores e solidária das empresas de biotecnologia quando houver contaminação de áreas livre de OGM's;

17 - controle social mais efetivo sobre as ações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio;

18 - garantir que o Porto de Paranaguá continue um corredor de exportação livre de transgênicos.

É importante destacar que as Entidades Públicas e Privadas do Paraná se colocam ao lado da Assembléia Legislativa para contribuir, de modo efetivo, com o desenvolvimento de todas essas ações, tendo manifestado essa intenção, nesta Audiência Pública.

A presente proposta que segue ratificada pelos participantes da Audiência Pública realizada no dia 24 de junho de 2003, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná será encaminhada à Câmara Federal, ao Senado e à Presidência da República do Brasil.

Atenciosamente,

Deputado Estadual Elton Carlos Welter
Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário da
ALEP"

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao senhor Franklin Vieira

da Silva, presidente do jornal "O Diário do Norte do Paraná", bem como à vice-presidente, Rosey Rachel Vieira da Silva, externando votos de louvor pela passagem do aniversário do jornal "O Diário do Norte do Paraná, que completa 29 anos no domingo, dia 29 de junho.

O jornal foi fundado em 1974, por Joaquim Dutra. É filiado à ANJ - Associação dos Jornais Diários do Interior do Paraná. Os votos são extensivos ao editor-chefe Edivaldo Magro; ao diretor administrativo/financeiro, Josué Tadashi Endo e à diretora comercial Lucienne Vieira da Silva.

O referido órgão da imprensa maringaense leva informação de qualidade para o Norte e Noroeste do Paraná, possuindo sucursal em Curitiba e representações em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Brasília e Belo Horizonte.

Merece o reconhecimento desta Casa de Leis o jornal "O Diário do Norte do Paraná", imprensa de qualidade consagrada.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1342

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de ofício ao secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando proteção policial ao parlamentar que o subscreve e sua família, em razão das investigações que estão sendo conduzidas pela CPI do Banestado.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Esta CPI foi instalada no dia 17 de março e desde então tem tratado de assuntos que envolvem pessoas poderosas em nosso país e fora dele, dentre as quais havia as que movimentavam contas bancárias no extinto Banco do Estado do Paraná, para promover lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Várias ameaças contra a integridade física do subscritor e de seus familiares têm sido rotina, especialmente nas últimas semanas, razão pela qual, na condição de mandatário do povo paranaense, mergulhado em investigação que conflita com interesses dos mais ardilosos, requer proteção policial integral (24 horas) especializada neste tipo de situação, para si e para sua família.

O atendimento deste requerimento demonstrará que o Governo do Estado também comunga dos mesmos princípios éticos, morais e de transparência que norteiam os trabalhos da CPI do Banestado.

REQUERIMENTO Nº 1325

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, digníssimo diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 70 (setenta) casas populares no município de São Jorge do Patrocínio.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de São Jorge do Patrocínio, principalmente àquelas de baixa renda familiar. Esse número de casas que ora reivindicamos amenizará a demanda habitacional que enfrenta a cidade.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. Aparecido Faleiro de Souza, digníssimo prefeito municipal e ao vereador Waldir Secundo de Melo, digníssimo presidente da Câmara Municipal (Rua Mal. Rondon, 164 - CEP 87555-000).

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1320

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 50 (cinquenta) casas populares no município de Esperança Nova.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Esperança Nova, principalmente àquelas de baixa renda familiar. Esse número de casas que ora reivindicamos amenizará a demanda habitacional que enfrenta a cidade.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. Valdir Hidalgo Martins, prefeito municipal e à vereadora Celina A. Belini Marques, presidente da Câmara Municipal (Rua Duque de Caxias, 400 - CEP 87545-000).

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1326

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 200 (duzentas) casas populares no município de Altônia.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Altônia, principalmente àquelas de baixa renda familiar. Esse número de casas que ora reivindicamos amenizará a demanda habitacional que enfrenta a cidade.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. Amarildo Ribeiro Novato, digníssimo prefeito municipal e ao vereador Pedro Nunes da Mata, digníssimo presidente da Câmara Municipal (Rua Rui Barbosa, 815 - CEP 87550-000).

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1321

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 70 (setenta) casas populares no município de Guaparema.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Guaparema, principalmente àquelas de baixa renda familiar muitas das quais são bóias-frias que sobrevivem graças ao plantio de cana-de-açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Senhor Gilberto Castiglione, prefeito municipal e ao vereador Luiz Carlos Fernandes Mian, presidente da Câmara Municipal - CEP 87810-000.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1321

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 70 (setenta) casas populares no município de Maria Helena.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Maria Helena, principalmente àquelas de baixa renda familiar muitas das quais são bóias-frias que sobrevivem graças ao plantio de cana-de-açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Senhor Jesse Batista Correa, prefeito municipal e ao vereador Aparecido Onivaldo Bertolin, presidente da Câmara Municipal - Praça Brasil, 1690 CEP 87480-000.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1323

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 70 (setenta) casas populares no município de Brasilândia do Sul.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Brasilândia do Sul, principalmente àquelas de baixa renda familiar muitas das quais são bóias-frias que sobrevivem graças ao plantio de cana-de-açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Senhor Djalma Bozze dos Santos, prefeito municipal e ao vereador Milton Alves dos Santos, presidente da Câmara

Municipal - Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882 - CEP 87595-000.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1324

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 100 (cem) casas populares no município de Engenheiro Beltrão.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Engenheiro Beltrão, principalmente àquelas de baixa renda familiar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Senhor Euclides Saqueti, prefeito municipal e ao vereador José Martins de Oliveira, presidente da Câmara Municipal - Av. Manoel Ribas, 160 - CEP 87270-000.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1327

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, para que, através da diretoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, preste as seguintes informações a respeito do contrato firmado entre o Estado do Paraná e a empresa Fischer América/HEADS (contrato 15546).

- Do valor total pago à empresa Fischer América/Heads, qual a parte que coube à Companhia Paranaense de Energia Elétrica?

- Quais os materiais que foram produzidos para a Copel? Especificar quantidade.

- Quais os objetivos do material produzido?

- Em que época foram produzidos os materiais?

- Qual o público alvo do material? Qual o período de distribuição?

- Encaminhar exemplares dos materiais produzidos.

- Encaminhar cópia do pedido de Autorização de Veiculação e Divulgação - PADV, expedido pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, com relação aos serviços prestados à Copel e respectivos valores.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná, e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 366/2003

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sistema de Abastecimento de Água da Comunidade de Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.2003.

(A) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A Associação Água Boa Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo, é uma entidade sem fins lucrativos que atende cerca de 300 (trezentas) famílias com aproximadamente 1.500 pessoas. O sistema de abastecimento possibilita à população água de boa qualidade para uso doméstico como: higiene residencial e pessoal e utilização para alimentação.

A instituição administra o sistema de abastecimento de água tratada na comunidade de Rio Baio e Pinhalzinho, ficando assim, as famílias responsáveis pelo bom funcionamento do sistema, e solucionando qualquer problema que ocorra na rede de água (instalação do sistema). A manutenção será prestada por um morador treinado pela Sanepar e fiscalizado pelo Departamento Municipal de Saúde.

Pela documentação acostada, verificamos sua utilidade pública, para cuja declaração solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 367/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense de Portadores de Doenças Reumáticas, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Portadores de Doenças Reumáticas, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 09 de junho de 2001, sob a forma de

associação, com sede e foro sito à Rua Mariano Torres nº 535, Centro, Curitiba-PR.

Trata-se de entidade que tem por objetivos representar os portadores de doenças reumáticas; integrar as pessoas portadoras à comunidade; proporcionar aos associados tratamento e assistência específica; promover encontros, palestras e conferências para melhorar o conhecimento das doenças; despertar a sociedade para conscientização da problemática e da necessidade de diagnósticos e tratamentos adequados às doenças reumáticas; integrar-se com outras entidades no Brasil e no Exterior e colaborar na abertura de novos grupos com objetivos semelhantes.

Durante o ano de 2002 foram realizadas 11 reuniões no Auditório do Hospital Cajuru, no sentido de levar aos associados conhecimentos básicos e específicos sobre doenças reumáticas. Destes encontros surgiram necessidades de encaminhamentos que foram realizados ao ambulatório do Hospital Cajuru, ao Dr. Valderílio Azevedo, à PUC, HC e Evangélico, como também tratamentos fisioterápicos para PUC e Uniandrade.

Além das palestras, em 30 de outubro de 2002, dia dedicado ao combate às doenças reumáticas, foi realizado um evento em parceria com a Secretaria da Saúde e Universidade Tuiuti que atendeu centenas de pessoas na Boca Maldita.

Tendo em vista o trabalho da Associação e a constante busca para proporcionar aos associados que realmente são carentes e necessitam de ajuda, um atendimento de qualidade, observamos a relevância social e a necessidade da continuidade dos benefícios.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus ao título de utilidade pública, como reconhecimento aos bons serviços prestados à população.

PROJETO DE LEI Nº 368/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas que explorem, por meio de concessão, permissão ou autorização do Estado, o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros ficam obrigadas a reservar aos portadores de deficiência, e se necessário ao acompanhante, os primeiros assentos na ordem crescente de numeração.

Art. 2º - As empresas poderão vender os primeiros assentos normalmente a qualquer pessoa, sendo consignado que por tratar-se de assentos reservados a deficientes, poderá haver alteração de lugar no caso haja a compra de bilhete ou reserva do mesmo com fundamento na gratuidade garantida em lei.

Parágrafo Único - A alteração de lugar, por força desta lei, será permitida desde que haja tantos assentos disponíveis quantos forem os ocupados por deficientes.

Art. 3º - Para adequação à presente lei, a Secretaria de Estado de Transporte aditará nos contratos de concessões do serviço do transporte rodoviário intermunicipal, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 4º - O chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.2003.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo criar um mecanismo que facilite a utilização do sistema de transporte rodoviário por parte do portador de deficiência. É inegável que o ideal seria, o mais rápido possível, a adaptação dos ônibus para melhor acomodar e atender às necessidades dos deficientes, principalmente aqueles que tem sua mobilidade reduzida, mas o processo de adaptação determinado pela Lei nº 11.911/97 é lento e a situação que se apresenta é a dificuldade de o deficiente utilizar-se do transporte.

Com o presente projeto pretende-se corrigir uma situação que facilmente pode ocorrer quando o deficiente necessita utilizar-se do transporte, ou seja, a de o portador de necessidades comprar ou reservar um dos últimos assentos no ônibus e ter que, muitas vezes, percorrer todo o corredor do ônibus até chegar no seu lugar. Sem dúvida, para os que possuem pouca ou nenhuma mobilidade, é extremamente dificultoso o deslocamento no interior do ônibus visto que o corredor é estreito e não passa uma cadeira de rodas, o que impossibilita que o deficiente se desloque sozinho, tendo então, caso não esteja acompanhado, que contar com a ajuda de terceiros.

Esta situação pode facilmente ser contornada à medida que sejam reservados ao portador de deficiência os primeiros assentos do ônibus, pois estar-se-ia, desta forma, garantindo a eles um lugar cujo acesso é menos dificultoso.

Frise-se que não se quer criar um privilégio no sentido de que o portador tem preferência sobre qualquer outra pessoa, mas o que se pretende é tão somente garantir um acesso facilitado ao assento, motivo, aliás, pelo qual foi colocado como limite à alteração de lugar a existência de mais lugares vazios de modo que a pessoa que teve que cedê-lo ao deficiente possa ficar em outro assento no mesmo ônibus.

O projeto tem amparo em diversos dispositivos consignados na Constituição Federal e Estadual, sendo que esta, no seu artigo 220, estabelece a garantia de acessibilidade a bens e serviços coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Assim, diante do exposto, considerando a importância do presente projeto, gostaria de contar com o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

A anarquia tomou conta do Estado do Paraná. A baderna está solta nos quatro quadrantes do nosso Estado. Tenho acompanhado o movimento que é feito pelo MST no nosso Estado e tenho percebido que conforme o avanço das invasões acontece, o MST invade as propriedades produtivas do nosso Estado. Tenho observado o MST invadindo campos de pesquisa, nos quatro quadrantes do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço a compreensão do Plenário, senão vamos encerrar a Sessão.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

E o MST, senhor presidente, senhores deputados, avança nas invasões, avança naquelas propriedades produtivas que fizeram do Estado do Paraná o maior produtor de grãos do nosso Brasil, que fez com que a riqueza do nosso Estado crescesse com a alta produtividade que essas propriedades geraram no nosso Estado do Paraná. Aumentaram as exportações, aumentou as divisas.

E o que vejo, senhor presidente e senhores deputados? O governo do Estado do Paraná pelas mãos do senhor governador Roberto Requião não cumprindo as reintegrações de posses nessas propriedades que estão sendo invadidas! Reintegrações de posses expedidas pelo Poder Judiciário!

A baderna está solta no nosso Estado! E eu não posso aceitar, a lei tem que ser cumprida! O governador tem que cumprir a lei. Esta Casa que nós vivemos, senhores deputados, é a casa que faz as leis. E como nós aprovamos essas leis, nós queremos que elas sejam cumpridas. E o nosso governador não vem cumprindo.

Senhor presidente e senhores deputados, escutem o que aconteceu agora, no final da manhã no nosso Estado do Paraná: O movimento sem-terra, invadiu todas as praças de pedágio do anel de integração! Invadiu e quebrou as praças!

E pasmem companheiros das galerias, sabem o que eles fizeram? Quebraram, mas estão cobrando dos usuários a passagem por essa praça!

Para onde vai esse dinheiro, senhor presidente, que eles, os integrantes do Movimento Sem-Terra estão cobrando? Será que é para eles? Será que é para os cofres públicos do nosso Estado? Será que é para as concessionárias?

Sinceramente, não sei. Não sei e espero que o governador tenha autoridade, como teve nessa questão relacionada à encampação do pedágio no Estado do Paraná. Que teve, - vejo que aqui tem alunos compondo

as galerias - a autoridade indo contra a cidade de Ponta Grossa na questão da implantação do curso de Medicina, porque lá, sem conversar com ninguém, ele interveio e acabou com o curso, expulsando os alunos das salas de aula!

Não aceito, e espero autoridade com relação ao MST! Eu sei e vejo o deputado Antônio Anibelli, líder do PMDB, que é proprietário rural, que produz em suas propriedades e te garanto que tem a mesma consciência e pensa da mesma forma! Não é justo, não é certo, é ilegal ver esses integrantes dos sem-terra invadindo propriedades produtivas e o governador sem fazer com que a lei seja cumprida, não fazendo com que as determinações judiciais possam, senhor presidente e senhores integrantes, serem cumpridas!

Espero que a lei esteja acima de tudo e que possa o governador cumprir as determinações judiciais.

Obrigado, senhor presidente e senhores deputados

(Tumulto no Plenário)**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a deferência especial do deputado José Maria Ferreira, que estava inscrito no Grande Expediente, ele cede o horário, a pedido do deputado André Vargas, ao professor Luiz Fernando dos Reis, representando as entidades sindicais das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Cascavel, onde apresenta as principais necessidades da classe.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Como cedi o meu Horário do Grande Expediente, quero encaminhar à Mesa e dar como lido o pronunciamento que iria fazer sobre a Reforma Tributária e Reforma Previdenciária.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência recebe como lida a sua colaboração sobre a Reforma Tributária.

Concedo a palavra, então, por quinze minutos ao professor Luiz Fernando dos Reis.

O SR. LUIZ FERNANDO DOS REIS

Senhor presidente da Assembléia Legislativa, deputado Hermas Brandão; senhor deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo nesta Casa; senhor deputado Durval Amaral, líder da Oposição; senhoras e senhores deputados; companheiros estudantes, servidores, docentes e técnicos administrativos das Universidades Estaduais de Londrina, de Maringá e do Oeste do Paraná.

Ocupo a tribuna desta Casa em nome do Comitê e em defesa do Ensino Superior Público do Paraná, que é constituído pelas Associações Docentes, pelas Associações de Servidores Técnicos, pelos Diretórios Centrais de Estudantes e pelos Sindicatos Representativos dos Servi-

dores Docentes e Técnicos Administrativos das Universidades Públicas do Paraná.

Senhoras e senhores deputados, estamos aqui, os servidores das Universidades Estaduais do Paraná, mobilizados na Capital do Estado para tentar, mais uma vez, abrir negociações sobre o reajuste salarial para os servidores públicos estaduais do Paraná com o governador Roberto Requião.

Estamos aqui para denunciar que o Governo Requião descumpriu a Lei Estadual nº 9.547, de 18 de janeiro de 1991. Tal lei determina que o dia primeiro de junho é a data base de reajuste dos servidores públicos estaduais do Paraná. O Governo Lerner nunca cumpriu tal lei e o Governo Requião está trilhando o mesmo caminho, pois até o presente momento não anunciou o índice de reposição salarial dos servidores públicos e, o que é pior, não demonstrou disposição para conversar sobre o assunto.

É importante destacar que o comitê em defesa do Ensino Superior Público do Estado do Paraná, vem tentando, desde o início deste ano, abrir negociações com o Governo Requião. No dia vinte e sete de março estivemos aqui, as entidades sindicais representativas do Ensino Superior, em uma audiência com o senhor secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, o professor doutor Aldair Rize. Nessa audiência reivindicamos do Governo Estadual o índice de reajuste salarial. Infelizmente, nesse dia, o secretário de Ensino Superior afirmou que nada tinha a dizer às entidades sindicais e representativas dos servidores das Universidades Estaduais do Paraná.

Depois, voltamos a tentar negociar com o Governo. No dia onze de abril de 2003, deste ano, reunidos com as demais entidades representativas do conjunto do funcionalismo público estadual do Paraná, para discutir o problema que unifica o conjunto de servidores do Estado do Paraná, que é a luta para a reposição salarial. Nesse dia decidimos que deveríamos solicitar do governador Roberto Requião uma audiência de negociação e no dia 16 de abril solicitamos tal audiência, e até o presente momento esse ofício, protocolado no Palácio Iguaçu, não foi respondido, o que demonstra uma certa indisposição para o diálogo.

Infelizmente chegou o dia 1º de junho, onde tínhamos uma esperança que talvez, o governador fosse aos jornais e aos meios de comunicação anunciar o índice de reajuste, que estava disposto a conceder ao conjunto dos servidores públicos.

Infelizmente isso não ocorreu.

Nós, do ensino superior, reunidos em Maringá, resolvemos organizar essa mobilização no dia de hoje na capital do Estado do Paraná, Curitiba, para denunciar que o governo Requião não cumpre a lei estadual, que determina 1º de junho como a data-base, ou seja, a obrigação do governo anunciar o índice de reajuste dos servidores públicos estaduais do Paraná.

O governador Roberto Requião, no dia 1º de janeiro, no seu discurso de posse, afirmou: “Toda a minha campanha e todo o meu programa de governo tiveram como centro a proposta de mudança de prioridades e de mudança de estilo.” Mais adiante, o governador Roberto Requião, assumiu o seguinte compromisso com os servidores públicos do Estado do Paraná - disse ele: “Vamos devolver aos nossos servidores públicos a auto-estima e o orgulho de serem servidores públicos.

Vamos sentar com eles, para discutir de forma franca e aberta, como é de meu feitio, as formas adequadas para repor progressivamente tudo aquilo que foi perdido, desgastado e suprimido nesses últimos anos. Esse foi o discurso de posse do governador Roberto Requião. Seriam palavras ao vento, do governador?

Os servidores das universidades estaduais do Paraná se perguntam, onde está a mudança de estilo? Onde está a mudança de prioridades?

Queremos saber se o governo Roberto Requião vai manter o estilo do governo anterior, se negando a discutir de forma franca e aberta a reposição das perdas salariais acumuladas nos últimos anos.

Não há nenhum motivo plausível, que justifique a conduta que vem sendo adotada pelo governo estadual.

De acordo com os números divulgados pela Secretaria de Estado da Fazenda, a arrecadação tributária estadual, no primeiro quadrimestre de 2003, teve um crescimento nominal de 35,8% em relação ao mesmo período do ano passado. A arrecadação tributária vai muito bem. As despesas com o pessoal do Executivo estão abaixo dos limites estabelecidos, pela famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal. O Estado do Paraná gastou apenas 41.83% da receita corrente líquida. O limite legal é de 49%. Isso significa que o governo Requião tem uma boa margem, para negociar e conceder reajuste.

Ademais, a Constituição Federal, nos seus artigos 37, inciso 10, determina como obrigação do Poder Executivo a revisão geral anual de salário. Os deputados sabem muito bem, que a Constituição Federal é superior a Lei de Responsabilidade Fiscal. O governador Requião precisa lembrar, que no ato de sua posse, jurou defender e cumprir as leis do Estado do Paraná e do País. Os servidores públicos esperam que o governo honre o seu juramento respeitando a Constituição Federal, a Lei Estadual nº 9.547/91, que determina 1º de junho como data-base dos servidores públicos do Estado do Paraná. Os servidores públicos esperam que o governador anuncie, urgentemente, o índice de reajuste salarial. Caso contrário, restará aos servidores públicos estaduais do Paraná, e nós falamos pelas Universidades do Paraná, com mandato das assembleias da categoria, que já fizemos várias. Caso o governo não respeite a data-base, não respeite os servidores, nós vamos retomar o caminho das mobilizações, da organização da categoria e a utilização de todos os seus instrumentos de luta para fazer prevalecer os nossos direitos.

É preciso lembrar que no ano de 2001, nós não ficamos só na ameaça. Demonstramos que nós tínhamos coragem, disposição e organização suficiente para enfrentar o governo e derrotá-lo. Não perdemos a coragem, continuamos cada vez mais organizados.

Esperamos que hoje, a partir das 16 horas, o governador Requião nos receba em audiência para abrir de fato a negociação, um processo de diálogo franco e aberto.

É isto que nós esperamos do governo.

Nós não nascemos vocacionados para ser do contra. Não nascemos vocacionados para fazer mobilização. O que nós queremos é trabalhar, é continuar trabalhando, mas nós queremos trabalho digno e condições de trabalho para continuar mantendo a qualidade das universidades estaduais do Paraná que hoje, reconhecidamente, são as melhores universidades deste País.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Suspendemos a Sessão por três minutos.

(Pausa)

Reiniciando os trabalhos, pela ordem, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, estudantes, professores das universidades públicas do Estado do Paraná, servidores do ensino público superior do nosso Estado.

Recebendo a manifestação e a visita dos servidores das escolas superiores do nosso Estado, entrei em contato, agora, com o secretário de Ciência e Tecnologia e com o secretário chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná.

Então, estou solicitando às entidades, comuniquei ao representante da Universidade Estadual de Londrina, ao César, e também ao Luiz Fernando que as 10 entidades representativas das categorias que estão presentes aqui hoje, serão recebidas pelo chefe da Casa Civil e pelo secretário de Ciência e Tecnologia, agora, no Palácio Iguazu.

Era essa manifestação que trouxemos aos nossos visitantes.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário das Lideranças, concedo a palavra ao deputado André Vargas, no horário do PT.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, apenas para agradecer ao deputado José Maria Ferreira que cedeu espaço para o Luiz Fernando dos Reis, da liderança sindical importante do Estado do Paraná, que traz para esta Casa a repercussão

da vontade da categoria, e em nome do PT, com a condescendência e aquiescência da deputada Luciana Rafagnin, que vai também fazer uso da palavra.

Quero agradecer a sua presença e dizer que o PT, de forma unida juntamente com toda a bancada do Governo, vai ajudar, sempre que possível, na abertura de canais de negociação para que a saída dos conflitos sejam eles salariais, das demandas justas que possam se dar no campo da negociação política, a bem da maioria da sociedade paranaense.

Muito obrigado Luiz Fernando, um abraço do Partido dos Trabalhadores.

A deputada Luciana Rafagnin continuará o uso a palavra deste deputado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Terá três minutos e três segundos.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Nós não vamos utilizar o tempo da Liderança do PDT, mas com a aquiescência do nosso líder, Neivo Beraldin, estamos apenas nos somando a esta luta dos membros do Ensino Público Superior do Estado do Paraná. Eu que sou também ex-aluno da Universidade Estadual de Londrina, faço um apelo inclusive para que o secretário chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, que vai recepcionar esta Comissão às 16h no Palácio do Governo, que ele possa ver com bons olhos.

Sabemos das dificuldades, da realidade orçamentária do nosso Estado, mas que possa fazer essa reposição que é uma questão de justiça; já estão há quase 8 anos sem reposição. São 62% de reposição reivindicada justamente, no nosso entender, e estamos dando total apoio para que o Governo do Estado - eu, como membro da Comissão de Educação, presidida pelo deputado Tadeu Veneri, estamos esperançosos que o Governo possa fazer justiça a esses trabalhadores do nosso Estado.

Muito obrigado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros e companheiras aqui presentes.

Queremos saudar todas as lideranças, dirigentes, estudantes, movimento dos caminhoneiros.

O deputado André Vargas já colocou a posição do Partido dos Trabalhadores na luta pela reposição salarial. Já estivemos conversando com o SindiSaúde, com a APP Sindicato, algumas conversas dessas entidades com o Governo do Paraná, e somos solidários nessa luta, como somos solidários também pela encampação do pedágio pelo governador Roberto Requião. Estamos juntos somando.

Ao mesmo tempo, senhor presidente, quero dizer que no dia de ontem estava em pauta um projeto que na verdade virou uma indicação, de minha autoria, com relação à habitação no meio rural, projeto que já debatemos muito nesta Casa, projeto que muitos deputados que aqui

estavam em 2001, tiveram a oportunidade de votar favorável, e também muitos que aqui estão votaram contrários a este projeto.

Infelizmente, na época, não passou por dois votos. Voltamos a encaminhá-lo neste ano e tivemos o projeto tornado indicação; estava em pauta no dia de ontem, mas infelizmente foi retirado. Até entendendo a discussão que está havendo com relação aos projetos autorizatórios, mas já encaminhamos este mesmo projeto ao diretor-presidente da Cohapar, Cláudio Romanelli, e também ao governador Roberto Requião. Aliás, com o governador, com o Romanelli e com o secretário da Agricultura, a gente já vem discutindo esse projeto desde o começo do ano, e estamos felizes com a proposta do governador em que terá, em pouco tempo, implantado um programa de habitação no meio rural.

Não é bem o nosso projeto, mas nos sentimos contempladas nesta luta e vamos continuar batalhando para que seja aperfeiçoado cada vez mais, e que as propostas da agricultura familiar, todas elas, sejam encampadas, propostas essas deixadas pela Fetrap Sul na quarta-feira passada numa audiência com o Roberto Requião e entre estas propostas está o programa de habitação no meio rural.

Então estamos, de qualquer forma, felizes com o Projeto com o programa do governador, e vamos continuar lutando. Espero que logo essa indicação passe nesta Casa com respaldo maior, porque já encaminhamos, mesmo assim, ao governador, mas de qualquer forma vamos esperar que seja aprovado nesta Casa, aí com respaldo maior, com certeza de todos os deputados, a gente espera aperfeiçoar ainda mais o programa de habitação no meio rural.

Senhor presidente, gostaria de relatar aqui um assunto em que fui abordada por três funcionários da Casa no dia de hoje, e quero deixar bem claro, principalmente aos funcionários desta Casa, aonde nesta tribuna sempre cobramos o plano de carreira dos funcionários da Casa, a Bancada do PT sempre se posicionou favorável, e continua sendo favorável.

Portanto, eu não admito, senhor presidente, conversar como aconteceu no dia de hoje, aonde funcionários vieram conversar conosco dizendo que agora esse projeto não entrou na Casa porque, segundo informações que essas pessoas ouviram, é que a Bancada do PT não o deixa vir à Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a V. Exa., primeiro não vem de fora; o projeto é feito aqui na Casa. O funcionário está mal informado, está cobrando mal também de V. Exa. O projeto está sendo formulado aqui na Casa, a iniciativa é da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Só que então fique bem claro, senhor presidente, que não é a Bancada do PT, porque aliás, a Bancada do

PT sempre cobrou e continua cobrando que realmente venha a ser aprovado esse plano de carreira e salários para os funcionários da Casa.

Então, os funcionários podem continuar acreditando no nosso trabalho, porque nós vamos continuar cobrando, sim, até falava há poucos dias atrás, e esperava e ainda espero votá-lo antes do recesso...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não será votado antes do recesso. Na hora que tivermos concluído, não o incluiremos na Ordem do Dia.

Mais um minuto para V. Exa. concluir.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Nosso pedido é que seja o quanto antes, porque a gente sabe que os funcionários já estão cansados de esperar.

Então, fica aqui o nosso pedido, o quanto antes, senhor presidente, para que também a gente se sinta, vamos dizer assim, possa corresponder a todo o trabalho que esses funcionários vêm desenvolvendo na Casa, a todos nós deputados.

Muito obrigado senhor presidente, muito obrigado, senhores deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente e senhores deputados, gostaria de, em nome da Universidade Estadual de Ponta Grossa e dos funcionários - nós vemos aqui a presença, com todo direito, de todas as lideranças sindicais, temos a presença das pessoas reivindicando o que é direito - de colocarmos à disposição, ser solidário a esse movimento de reposição salarial que está sendo neste momento colocado aqui pelos sindicalistas e pelos funcionários do Estado; o que o Estado na verdade precisa é de investimentos, principalmente nas Universidades, e não o que vivemos há poucos dias, quando, de forma cruel, irresponsável, e sem consultar à população, se tirou o direito de se ter um curso na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Então, quero me somar aos demais deputados, ao Luís Fernando, líder sindical, e dizer que nós estamos juntos, todo projeto que vier a esta Casa terá o apoio nosso, porque entendemos que é um direito principalmente do pessoal das universidades, que ao longo dos anos tem sido esquecido e tem sido colocado do lado.

Ao mesmo tempo, senhor presidente, também quero solicitar a V. Exa. que, na maior rapidez possível, coloque em votação nesta Casa - da mesma forma como vamos votar a encampação do pedágio, que é um direito nesse momento, - o plano de cargos e salários dos servidores desta Casa, porque sem eles nós não somos ninguém, os deputados aqui presentes.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença nesta tarde, e agradecer primeiramente aos servidores que

estão aqui numa justa luta pela reposição, e até olhava a placa: “Reposição é um direito”. E realmente é um direito, e a Bancada independente se solidariza com esse movimento; estaremos ao lado dos servidores na busca por esse direito que lhes é devido. E gostaria também de registrar a presença, nesta Casa no dia de hoje, do vice-prefeito de São Miguel do Iguçu, Eliseu Preza, e também do vereador Deuclécio Gonzatti para que conste nos Anais desta Casa, que eles também estão em busca de um direito: o direito dos agricultores que, mais uma vez, sob o pretexto da defesa da ecologia, estão na região Oeste do Estado perdendo, ou com a ameaça de perder, praticamente dez quilômetros do entorno no Parque Nacional. A região Oeste que já teve, sob o mesmo pretexto da ecologia, a Estrada do Colono fechada, causando enormes prejuízos não só para a região Oeste como para a Sudoeste, e não podemos, a título da defesa única e exclusivamente da ecologia, vedar o direito de milhares e milhares de família de pequenos agricultores que vão ter limitado seu direito à agricultura.

Então, essas lideranças hoje se fazem presentes para buscar o apoio desta Casa. Temos o deputado Elton Welter que já se colocou à disposição para discutirmos melhor essa limitação do entorno do Parque Nacional do Iguçu.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, companheiros, companheiras, deputados e deputadas.

Queria saudar o Cezar, presidente do Sindipol, que acho que neste momento se retirou para fazer parte da comissão que está agora no Palácio Iguçu.

Quero cumprimentar o Luís Fernando dos Reis, o professor Sinival que vi aí, mas, muito especialmente, todos os trabalhadores e trabalhadoras das Universidades Estaduais do Paraná que estão aqui nesta Casa representando, certamente, os demais trabalhadores e trabalhadoras do Estado que se encontram nesta Casa, mas que estão aqui muito bem representados pelo conjunto dos trabalhadores - homens e mulheres que nos visitam, hoje, aqui.

Evidentemente, nós sabemos, que a reposição é um direito, justo, inadiável, de quem durante oito anos foi exagerada e escandalosamente punido pela ausência da reposição. Sabemos que pedir paciência é um equívoco, porque, oito anos depois as coisas ficam extremadas e na hora de pagar o aluguel, de pagar o supermercado, a farmácia, na hora de assumir nossos compromissos financeiros, ninguém dá o tempo que nós precisamos muitas vezes.

Então, quero me solidarizar com os companheiros e companheiras e dizer que, de fato, esse é um direito, é

uma manifestação do regime democrático justa e por isso nos solidarizamos e apoiamos.

Como também ex-aluna da Universidade Estadual de Londrina e como cidadã deste Estado, sempre estive presente de forma assídua e sistematicamente nas manifestações, em todas elas na luta dos servidores da Educação e outros setores da nossa cidade e no Estado.

A nossa reitora Lúcia Puppato tem estado em permanente diálogo com esta deputada e com outros deputados da Casa, trazendo as questões inerentes a educação do ensino superior, aos problemas das universidades e nós temos tentado colaborar e contribuir porque entendemos que temos que fazer essa parceria.

Queria deixar consignado aqui, que a Bancada do PMDB também está solidária, os onze deputados do meu Partido se somam a essa reivindicação.

Portanto, é importante deixar claro, embora nas falas que nos sucederam, fique manifestado que têm apoio de todos os deputados da Casa, acho importante porque somos um Partido também que, além de estarmos no governo, temos tido nesta Casa um comportamento sempre ético, sempre preocupado em restabelecer a dignidade dos trabalhadores, retirada durante esses oito anos do governo passado. Nunca vivemos um desmonte como foi feito no governo passado e todos vocês que estão aqui sabem muito bem do que estou falando. A inversão de prioridade nunca foi tão gritante como no governo anterior.

Para encerrar, queria deixar claro que o Governo tem, sim, manifestado nas suas várias ações, nas várias áreas, uma mudança de estilo, de prioridade. É preciso que nessa discussão a gente não perca de vista essa questão, porque infeliz de nós se tivesse no governo alguém que não tivesse nenhuma diferença do governo anterior. Aí, sim, o Estado do Paraná estaria efetivamente mergulhado no caos.

O governador Roberto Requião tem dado demonstrações claras e inequívocas de que quer resgatar a dignidade do povo do Paraná, que quer resgatar o direito dos trabalhadores e isso ele tem sinalizado.

Evidentemente que em seis meses de governo, não dá para fazer tudo o que nós gostaríamos de fazer, mas é preciso que a gente tenha claro a certeza.

Dizem que esse governo é absolutamente o inverso do que o anterior, e tem demonstrado isso nas suas ações firmes, corajosas, - nem sempre simpáticas ao conjunto da população, mas necessárias, para quem quer colocar de novo o Paraná nos trilhos.

Queria colocar também, senhor presidente, sabemos também da preocupação da Mesa desta Casa, em relação ao plano de cargos e salários dos funcionários, que temos conversado com o presidente, temos conversado sistematicamente com o nosso 1º secretário e com os demais componentes da Mesa em relação a esse assunto.

Então, está sendo elaborado um projeto, é o que nos informam. Entretanto, a única preocupação que nós

temos é que é um ano eleitoral. Eu não sei se esse plano de cargos e salários poderia ser votado num ano eleitoral. Não tenho essa certeza.

Então essa insegurança e essa preocupação dos funcionários, também é igualmente justa, como V. Exas. haverão de concordar comigo. Também tenho sido abordada sistematicamente por funcionários aqui da Assembléia. Infelizmente, não conseguimos fazer com que esse projeto viesse. Amanhã é a última Sessão, então, fica inviabilizado. Mas que nas primeiras Sessões de agosto esse plano possa vir, para que efetivamente o que nós queremos para todos os funcionários públicos do Paraná, nós conseguimos também para os funcionários desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto o Horário do PSDB. Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores e senhoras deputados, senhores servidores, representantes aqui das entidades.

Quero aqui restabelecer a verdade. Enfrentei desta tribuna momentos extremamente difíceis, mas digo a V. Exas. não me arrependo em nenhum momento, em falar a verdade. Ouvi aqui da deputada Elza, que o governo anterior não deu, em oito anos, nenhum reajuste aos servidores das universidades federais.

Quero chamar aqui a atenção para que os senhores professores e os senhores servidores, os reitores das universidades sabem de que no 3º ano de governo Jaime Lerner, tivemos aqui uma ampla negociação, que demorou mais de trinta dias e eu fui o interlocutor entre o governo, esta Casa e os servidores, e foi aprovado, no então Governo Jaime Lerner, o plano de cargos e salários dos servidores das Universidades Estaduais do Paraná.

É importante que se diga isso, porque em nenhum momento alguém falou sobre isso. Naquele instante em que foi aprovado, por esta Casa, sancionada pelo senhor governador foram ao Palácio Iguaçu todos os representantes de sindicatos, agradecer a forma como foram conduzidas as negociações entre os servidores, a Assembléia Legislativa e o governo do Estado do Paraná.

É importante isto.

Nós sabemos, que éramos do governo Jaime Lerner e continuamos, queremos, dizer...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço que as galerias não se manifestem, principalmente as nossas frequentadoras assíduas, de todos os movimentos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Queremos dizer aos senhores servidores que também reconhecemos a falha do governo anterior em não dar reajustes aos servidores públicos. Foi um grande erro. Foi uma falha do nosso governo, a qual assumimos publi-

camente, porque, se o governo tivesse dado os reajustes que deveria ter dado aos servidores públicos, certamente o governo atual não teria mais de um bilhão e meio em caixa, como tem hoje, e que tem todas as condições de atender os servidores públicos estaduais.

Contra a verdade, senhor presidente e senhores paranaenses, não há nada que possa ser contrário. Restabeleço esta verdade, porque coube a mim fazer a negociação, e foi uma negociação extremamente difícil, mas acredito que foi uma das maiores conquistas das universidades estaduais do Paraná. E diga-se de passagem, é importante que se diga, quem sucedeu o governador Requião foi o governador Jaime Lerner. O governador Requião daquela época não atendeu os servidores no plano de cargos e salários.

E é importante que os servidores saibam que quando falam de que o governo entregou um governo falido a este atual governo, também não é verdade. Quem quiser acessar o site do governo, vai observar a quantidade de recursos que este governo tem em caixa, em apenas 5 meses de governo.

Senhor presidente, estou com dificuldades e quero assumir minha responsabilidade. Fui 1º secretário desta Casa, e não consegui corrigir um defeito desta Casa, que é o retorno. Fiquei dois anos trabalhando em cima disto...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo mais um minuto a V. Exa. para concluir seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI

... e tenho certeza que o deputado Nereu Moura, que faz seis meses que está trabalhando para melhorar este retorno. Você que está longe da tribuna, não tem retorno e fica com dificuldades para fazer seu pronunciamento.

Quero entrar na segunda questão, que também é importante. Vi aqui os parlamentares do PT - vou mexer na ferida um pouquinho - seu presidente e seu líder, manifestando-se a favor dos servidores. Espero que esta manifestação não seja como a que aconteceu ontem aqui, quando nós estávamos votando uma emenda do deputado Luciano, para aumentar os recursos para a Saúde e a Bancada do PT votou contra.

Também não quero que o compromisso do PT seja igual ao compromisso do governo federal, que deu aos servidores públicos federais 1% de aumento. Espero que a Bancada do PT seja, assim, solidária, mas, que peça ao governador Requião mais de 1% de aumento aos servidores públicos, porque o exemplo do presidente da República não serve aqui no Paraná.

O terceiro assunto, senhor presidente, comentar aqui sobre a questão do pedágio...

O Sr. André Vargas

Permite-me um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI

Logo a seguir, se me sobrar tempo, porque o espaço é curto.

Todos os senhores sabem que eu fui um dos deputados favorável ao pedágio, porque via em todos os Estados brasileiros essa mesma experiência sendo adotada. Quero dizer também que sou um pequeno industrial e meus caminhões trafegam nas rodovias pedagiadas, sei o custo do pedágio. Não discuto sem conhecimento de causa. Quero entrar aqui no cerne da questão.

Agora estamos numa questão política para resolver o problema do pedágio. Sempre defendi uma tese de que os caminhões vazios não pagassem o pedágio. Era uma defesa que sempre fazia nos bastidores, mas sempre fui vencido.

Vejam, o governador Roberto Requião na campanha eleitoral foi claro: “assumo o Governo do Paraná e termino com o pedágio”. Ele não está mandando um projeto de lei para terminar o pedágio; está mandando um projeto de lei para encampar o pedágio e continuar cobrando!

Para poder contribuir com o governo Roberto Requião, para que ele possa cumprir a sua palavra, estamos entrando com uma emenda substitutiva para extinguir o pedágio de uma vez por todas, porque essa foi a palavra do Roberto Requião. E a palavra de um homem que se elege governador tem que ser honrada! E quero lutar aqui até os últimos minutos para que o governador possa cumprir a sua palavra.

Espero que os senhores parlamentares votem com a nossa emenda substitutiva.

Vejam, eu poderia aqui não dizer que era favorável ao pedágio, para não levar a vaia. Falei, porque é meu costume falar a verdade. Porque muito do que o deputado Rossoni falou há dois, três anos sob vaia, nesta tribuna, hoje está se consumando.

Quantas vezes ouvi o Partido de V. Exa., deputado André Vargas, defender juro baixos. De repente, vejo o contrário. Quantas vezes daquela tribuna vi reitores das universidades federais, V. Exas. sendo solidários, e agora vemos 15 de aumento!

Na verdade o que temos é que saber governar e saber fazer Oposição. Estou no início da minha caminhada como Oposição, mas quero sempre trabalhar com a verdade, para que amanhã ou depois não tenha que pedir desculpas do que disse ou de que aproveitei o momento. Não é porque as galerias estão cheias que vou faltar com a verdade para receber aplausos. Prefiro a vaia hoje, mas que a verdade prospere no dia de amanhã.

Todos os parananaenses viram o governador Roberto Requião responder ao então candidato Álvaro Dias, que disse com responsabilidade que instituiria uma comissão de alto nível para estudar a questão do pedágio, que não podia continuar aquela situação, e o governador Requião, com aquela sua imponência, disse: Quem quer formar comissão não quer resolver o problema; eu entro no Palácio Iguaçu no mesmo dia acabo com o pedágio.

Todos nós estamos vendo aquele filme. Neste momento cumpra com a sua palavra, para ser digno do cargo que exerce em nome dos paranaenses!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Como fomos citados, eu, a deputada Luciana Rafagnin e o Partido dos Trabalhadores, para esclarecer: - primeiro, que as informações que V. Exa. passa não são verossímeis, porque o Governo Federal, ao contrário, deu de 1% a 13%, estabelecendo um reajuste para aqueles que trabalhavam menos, diferenciadamente para aqueles que ganhavam mais. Segundo, para lembrar que nós tivemos uma greve de cinco meses, aonde o governo Lerner não dialogou, não conversou, e pior, tratou com cinismo os servidores públicos das universidades.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, questão de ordem.

Nós tivemos o Pequeno Expediente, o Horário das Lideranças, e o Grande Expediente, que foi cedido aos representantes das universidades.

Não cabe a questão de ordem, senão após o encaminhamento do eminente deputado, presidente do PT, André Vargas, eu terei que pedir outra questão de ordem e dar prosseguimento ao meu encaminhamento.

O SR. ANDRÉ VARGAS

V. Exa. já está pedindo numa questão de ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI

Então já fica pedido aqui a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. poderá depois, em Explicações Pessoais, solicitar para fazer uso da palavra.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Só para esclarecer essa questão do índice e essa questão do passado, que agora com seis meses de governo, começasse uma negociação que certamente, será próspera.

O SR. NEREU MOURA

Eu queria falar no Horário da Liderança do Governo, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está concedido a V. Exa.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero falar aqui sobre a questão do pedágio.

Até em respeito aos caminhoneiros que vierem do Paraná inteiro, aqui na Assembléia, neste dia. Dizer primeiramente, relembrando a frase de efeito que o PMDB defendeu nessa campanha eleitoral. “Ou o pedágio abaixa ou ele acaba”.

O governador Requião, o senador Requião na campanha eleitoral, teve o cuidado, a responsabilidade de dizer: “ou o pedágio abaixa ou ele acaba”. Quer dizer, não se pode e não se deve colocar as coisas da forma invertida, para tentar tirar proveito de uma situação que não é verossível.

O que fez o governador Requião, senhoras e senhores deputados, nesse período tão curto de seis meses, aonde encontrou uma casa de terra arrasada, um Estado aniquilado, esartejado pela administração ineficiente do governo anterior? Começou a estudar uma saída responsável, que não causasse prejuízo ao povo do Paraná, e foi encontrar, na própria legislação, a saída que dá suporte legal para que o pedágio seja reduzido e é o que o governador Requião fez ao encaminhar a esta Casa, seis propostas de encampação do anel de integração do Estado do Paraná.

Eu, como deputado durante oito anos, assim como tantos outros companheiros, aqui mesmo, nesta tribuna, neste mesmo plenário, lutamos com as nossas forças contra o pedágio, e se hoje apresentássemos aqui nesta Casa, um projeto, uma emenda para acabar com o pedágio, tínhamos razão, porque nós fizemos essa trincheira, mas não entramos nesse discurso; nós queremos resolver o problema e dar suporte político para que o governador Requião encaminhe esse Estado rumo ao desenvolvimento, tirando do “lombo” do povo do Paraná, essa carga pesada de impostos, essa carga pesada da maledicência de políticos que não têm compreensão do sofrimento popular.

O governador Requião encaminha para esta Casa uma mensagem para encampar o pedágio, para que ele possa ter acesso à contabilidade que é uma verdadeira “caixa preta” das concessionárias. Ninguém sabe os números das concessionárias.

Olha a insensatez! Olha o pouco caso! Tiveram a petulância, tiveram o descaramento de encaminhar para esta Casa uma notificação extrajudicial para que os deputados não votassem projetos que pudessem ferir os seus interesses perversos.

O lugar dessa notificação extrajudicial é na lata do lixo, pois o parlamento tem, sim, o direito de expressar-se, o direito de votar, que é consagrado na Constituição da República do Brasil, que é consagrado na Constituição do Estado do Paraná! Não vai ser nenhum interesse perverso que vai calar a nossa voz! Não vai ser concessionária que rouba o dinheiro sagrado do povo do nosso Estado, que vai fazer com que nos omitamos aqui nesta Casa!

Senhor presidente, iremos votar “sim” ao projeto de encampação, porque é a única maneira séria, sensata e digna que o governo tem de reduzir a tarifa do pedágio;

para entrar na “caixa preta” da contabilidade das empresas, para descobrir o “pulo do gato”. Por que a tarifa mais cara do mundo é essa que se pratica no Paraná? Por que essas pessoas fazem de tudo para manter essas gorduras, que são repugnáveis, e inaceitáveis? Por isso, coloco o “pingo em cima dos is”, coloco a verdade: o governador Requião trata desse assunto com responsabilidade. Se não restar outro caminho, efetivamente o pedágio vai acabar para se cumprir aquela proposta da campanha eleitoral “ou abaixa ou acaba”. Olha a responsabilidade do senador Roberto Requião: primeiro ele fala “ou abaixa ou acaba”! Ele busca, com o projeto de encampação do sistema do anel de integração, reduzir a tarifa do pedágio. Essa que é a verdade, senhor presidente e senhores deputados.

O Sr. Natálio Stica

Permite um aparte, nobre deputado Nereu Moura? **(Assentimento)**

V. Exa. faz um discurso com bastante eloquência e com certa indignação - que eu possa dizer santa - porque não é possível ficarmos calados, e V. Exa me dá a oportunidade de falar em nome do Partido dos Trabalhadores, que apóiem integralmente a proposta que está vindo a esta Casa, de encampação do pedágio nas rodovias do Paraná.

E esta encampação que vamos aprovar aqui hoje, ele dá, sim, oportunidade ao governo, e ainda uma última oportunidade àquelas concessionárias que queiram trabalhar com seriedade e discutir o preço justo do pedágio, fazer alguma proposta de acordo. E aí sim, cumprindo a promessa, ou o pedágio baixa ou o pedágio acaba. E me dá ainda a oportunidade, deputado Nereu Moura, de responder àquele que sobe à tribuna agora, dizendo-se da Oposição, que nunca passou quando aqui esteve por muito anos, apoiou o projeto do ex-governador Jaime Lerner que deixou oito anos os servidores do Estado do Paraná sem sequer um único reajuste!

E acompanhar a política do FHC que deixou o país com mais de cinquenta milhões abaixo da linha da pobreza, porque não se discutia valorização da mão-de-obra.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, com o Lula, presidente, e aqui no Paraná que apoiamos Requião, governador, temos a certeza de que o Paraná e o Brasil estão no caminho certo, no caminho do crescimento. E os servidores que aqui estão, de parabéns estão porque é só com mobilização que se consegue fazer com que as coisas aconteçam.

Mas, podem ter certeza, o governador Requião vai dar uma resposta aos servidores. Com certeza não será o reajuste que colocará as perdas dos últimos oito anos numa única canetada, mas nos quatro anos de mandato será revisto o que foi perdido nos oito anos do governador Jaime Lerner, assim como o Lula está fazendo uma verdadeira recuperação, aonde os excluídos passarão a fazer parte da sociedade.

Acredito no Paraná e no Brasil e estou com V. Exa. votando hoje, como está a minha bancada, a bancada do PT, pela encampação do pedágio no Paraná. Ou se negocia ou se acaba!

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte do deputado Stica! É aqui nesta Casa o pulmão da democracia, palco do contraditório, que as idéias florescem e que são amplamente discutidas.

É bom fazermos parte desta Casa. Que orgulho nos dá poder fazer aqui o enfrentamento político, a defesa das nossas idéias, principalmente as idéias de um governo como do Roberto Requião. Dá-nos orgulho grande em ser seu aliado político, de estarmos juntos reconstruindo esse Estado. Juntos, olhando para o povo do Paraná com seriedade, com decência, governando com firmeza. O deputado Rossoni falou que o governo tem dinheiro em caixa. Tem sim, tem dinheiro em caixa e vamos poder recuperar as injustiças sociais dos nossos servidores. Vamos poder fazer como o governador Requião fez: dar a reposição para a Polícia Militar, como vai dar para os professores, porque tem gestão fiscal neste governo, porque tem seriedade fiscal deste governo e porque tem, sim, diretrizes para alcançar, tem “Sinorte, tem equipe afinada e o Paraná vai ser outro após esses quatro anos de governo, porque está cumprindo à risca aquele plano de fazer desse Estado o melhor Estado do Brasil.

Obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, Liderança da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está concedido a V. Exa.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores que nos honram com as suas presenças nesta tarde.

Para mim é um privilégio grande poder travar esse debate salutar com o nobre colega que me antecedeu na tribuna, o deputado Nereu Moura.

Ao longo dos últimos anos tenho visto no deputado Nereu um dos deputados mais combativos da história do Paraná e realmente ele mantém essa combatividade até hoje. Entretanto já se passaram, nobre deputado Rossoni, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, ou seja, seis meses de Governo. Acredito que seis meses já seriam suficientes para se descer do palanque e começar a governar.

Infelizmente não estamos vendo isso no Paraná! Vejo as propostas de campanha do governador: isenção da energia elétrica para o povo carente do Paraná, o que até agora não se realizou; água de graça para o povo carente do Paraná, até agora não se realizou.

Falou o nobre deputado, e quero lembrar, porque talvez ele estivesse em campanha, como eu estava, mas

eu ouvi, e mais do que isso, vi em um debate da televisão hoje talvez entenda como uma armadilha, mas na época pensei que era uma manifestação sincera daquele bom homem que falava em nome de Deus, dizendo ao seu concorrente Álvaro Dias: o que o senhor vai fazer com o pedágio no Paraná? E aquele, concorrente deste que está no Poder, dizia: vou, a partir da minha posse, fazer uma auditoria nos contratos de concessão, e se houver irregularidades, vou saná-las todas e até, se for o caso, pôr fim ao pedágio no Paraná. E de pronto, com a veemência que lhe é peculiar, ele disse: que nada, Álvaro! Esse negócio de auditoria é tudo “papo furado”! Eu, no dia primeiro de janeiro, acabo com o pedágio no Estado do Paraná. E isso, foi em alto e bom som para todas as televisões que transmitiam aquele debate.

Minha gente, não adianta querer tapar o sol com a peneira! Essa foi a realidade! Mas, seis meses de governo se passaram e estamos vendo, como ontem eu assistia na rede Globo, que em Londrina as viaturas da Polícia Militar, paradas por falta de pneu, por falta de gasolina, por total falta de condições para que se tenha uma dedicação séria à Segurança Pública do Estado do Paraná, e enquanto isso, senhores, aqueles que vêm pedir aumento salarial - porque essa também foi uma promessa do governador - estão vendo a realidade que trouxe aqui o secretário Heron Arzua, dizendo que o comprometimento do Estado do Paraná com pessoal é apenas de 42% da receita corrente líquida. E aqueles nossos amigos das nossas universidades estaduais vêm com espanto quando o governo do Estado, que tinha a obrigação de gastar 25% - e não sou eu quem digo, mas foi o Heron quem falou -, gasta apenas 21% com a Educação do Estado do Paraná!

Deixemos a demagogia de lado! Comece a governar! Mostre a que veio, porque nós da Oposição estamos aqui para votar tudo aquilo que for bom e de interesse da sociedade do Paraná!

Muito obrigado, senhor presidente, por me ouvir!

(**Manifestação nas galerias**)

Senhor presidente, essas pequenas manifestações “requianistas”, tenho certeza que muito brevemente, de vaias se tornarão em aplausos para a Bancada da Oposição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 60/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, propondo ao Poder Executivo a instalação de uma uni-

dade do Corpo de Bombeiros no município de Itaipulândia. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 61/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, propondo ao Poder Executivo a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de São Miguel do Iguçu. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria da deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1336, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados: Tadeu Veneri, André Vargas, José Maria Ferreira e demais deputados, constante do expediente, solicitando transformação da Sessão Ordinária de 25/06/2003 em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 359/2003. **Recebido na forma do parágrafo 2º do artigo 107 do Regimento Interno.**

Requerimento nº 1340, de autoria do deputado Antonio Anibelli, com apoio dos deputados: Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin e demais deputados, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 26 de junho para o dia 25 de junho, logo após a Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1341, de autoria do deputado Antonio Anibelli, com apoio dos deputados: Durval Amaral, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins e demais deputados, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 30 de junho para o dia 25 de junho, logo após a Sessão Ordinária antecipada do dia 26 de junho para o dia 25 de junho. **Aprovado.** À Diretoria legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/2003, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM PRIMEIRA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda, artigo por artigo. O projeto irá à Redação Final.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, (ex-Proposição nº 027/2003) que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de maio de 2003, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. EM ANEXO PROPOSIÇÃO Nº 027/2003. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2003, que autoriza o Poder Executivo a manter, nos mesmos valores e condições, o pagamento das vantagens previstas nas Leis nºs 13.627, de 11 de junho de 2002 e 13.629, da mesma data, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 288/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a manter, nos mesmos valores e condições, o pagamento das vantagens previstas nas Leis nºs 13.627, de 11 de junho de 2002 e 13.629, conforme especifica.

O Poder Executivo vem, por meio do projeto de lei em epígrafe, solicitar a essa augusta Casa de Leis, autorização para conceder a gratificação especial por assiduidade e eficiência aos servidores do Magistério Público Estadual, conforme determinam as Leis nº 13.627 e 13.629 de 11 de junho de 2002.

Note-se que a autorização está calcada nas Leis Estaduais de nºs 13.627/2002 e 13.629/2002, que impõem condições *sine qua nom* para a concessão do benefício ato do chefe do Poder Executivo.

Chamada esta relatoria a se manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, não há nada que impeça a normal tramitação deste projeto de lei, sendo pois, nosso parecer favorável.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 288/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 288/2003, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a manter, nos mesmos valores e condições, o pagamento das vantagens previstas nas Leis nºs 13.627 e 13.629, ambas de 11 de junho de 2002.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

As leis supracitadas já não estão mais em vigor, posto que destinadas à vigência por prazo determinado, consoante se observa do disposto no parágrafo terceiro, do artigo 1º, da Lei nº 13.627, bem como o prescrito no parágrafo único do artigo 1º da Lei 13.629.

Aplica-se ao caso o artigo 2º, *caput* da lei de introdução ao Código Civil, porque “não se destinado à vigência temporária a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. O projeto em exame está restaurando a vigência das leis citadas. Contudo, a matéria deve apresentar relatório de impacto financeiro, para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isto posto, apresenta parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 288/2003, considerando a necessidade de conceder melhorias aos profissionais da Educação.

Sala das Comissões, em 18.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 288/2003

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/2003, objetiva autorizar o Poder Executivo a manter, nos mesmos valores e condições, o pagamento das vantagens previstas nas Leis nºs 13.627, de 11 de junho de 2002 e 13.629, da mesma data conforme especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa, assim como a Comissão de Finanças.

Esta Comissão de Educação, à qual compete a análise de mérito, manifesta-se pelo acolhimento da medida proposta, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo, uma vez que os profissionais da educação necessitam desses benefícios.

Considerando o exposto, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 13.06.2003.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os itens 4º ao 9º, são mensagens do governo, que autorizam a promoção da encampação das concessões.

Existe um requerimento encaminhado ontem solicitando que transforme em Comissão Geral.

Temos que colocar o requerimento em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados. Hoje, é um dia muito importante para a Assembleia Legislativa. É

um daqueles momentos de grandeza do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Há anos atrás tivemos uma discussão, nesta mesma Casa, com muitos dos deputados que estavam aqui há questão de seis anos atrás. O então governador Jaime Lerner, obteve uma autorização da Assembleia Legislativa, para proceder na administração das estradas do Estado do Paraná, um processo de licitação pública, transferindo a gestão e a manutenção das estradas para a iniciativa privada no nosso Estado. A Assembleia autorizou, como prevê a legislação federal e como prevê a legislação do nosso Estado e concedeu essa autorização. O governador do Estado, Jaime Lerner, e o secretário dos Transportes, na época Deni Schwartz e, logo a seguir, o atual hoje conselheiro do Tribunal de Contas, Heinz Herwig, conduziram o processo de negociação de discussão, com as empresas concessionárias, hoje, concessionárias do pedágio no Estado do Paraná. Fizeram e publicaram o edital. Esse edital foi comprado por diversas empresas - algumas ganharam os lotes. A partir da publicação final do processo de licitação, começaram a cobrar pedágios nas estradas do Estado do Paraná.

Tão logo isso aconteceu, e o valor da tarifa cobrada na época pelas concessionárias, de alguma forma indignou a população paranaense. Passaram-se um ano e seis meses de cobrança de pedágio nas estradas do Estado do Paraná. Algumas empresas realizaram obras, fizeram o recapeamento das pistas, melhoraram os canteiros de acostamento, sinalizaram as nossas estradas, construíram as praças de pedágio e procederam à manutenção.

Passaram-se um ano e meio, o povo do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão, continuava com uma percepção, com uma sensação de que as tarifas cobradas nas estradas do nosso Estado eram muito elevadas, eram caras. Nas pesquisas realizadas, de opinião pública, em diversas regiões do nosso Estado, todos - o DER fez esta pesquisa - tinham uma percepção, a população apoiava, queria que o pedágio existisse, queria que as estradas continuassem conservadas, que as estradas estavam boas, que isto é uma garantia à saúde e à melhoria do transporte no Paraná, mas que no entanto havia uma repulsa, uma indignação muito grande, muito consolidada em nove milhões de habitantes do Estado do Paraná, pois as tarifas cobradas eram muito caras.

Pois bem. Aproximava-se a eleição de 1998, onde o Paraná iria discutir um novo projeto e uma nova eleição. Candidataram-se, naquela oportunidade era possível se candidatar, o ex-senador Álvaro Dias, o ex-senador Roberto Requião e o ex-governador Jaime Lerner, que iria enfrentar um processo de reeleição.

O que aconteceu naquela ocasião? Mês de junho e mês de julho, o deputado Durval Amaral e o deputado Valdir Rossoni sabem muito bem disto, porque participaram de muitas conversas a este respeito, o que aconteceu naquela ocasião? O governador Jaime Lerner mandou fazer uma pesquisa de opinião pública, contratou três pesquisas, e percebeu que se não tomasse uma atitude em

relação ao pedágio, corria o risco de perder a reeleição no Paraná. O governador, num ato que ele sabia que não teria amparo na justiça, determinou por decreto a diminuição em 50% das tarifas de pedágio no Estado do Paraná!

Ora, o governador Jaime Lerner é um homem sensível, um homem que conseguiu perceber os anseios, o clamor da opinião pública do nosso Estado, só que usou o método errado, na hora errada e com uma finalidade, me desculpem, mas é preciso reconhecer, naquele momento, única e exclusivamente para garantir o processo eleitoral que se avizinhava.

Nós tivemos as eleições, nós sabemos que o pedágio estava com a redução de 50% e o resultado das eleições todos os senhores conhecem.

Não começou ontem, no final do ano passado quando o senador Álvaro Dias disputou a eleição com o governador do Estado, hoje Roberto Requião. Não começou no mês de outubro e nem no mês de setembro a discussão a respeito das tarifas do pedágio. Tem início, praticamente, na origem, na origem já do processo de pedagiamento de nossas estradas.

Hoje, o governador do Estado do Paraná apresenta à Assembléia Legislativa a oportunidade de que o Estado possa disciplinar melhor, possa clarear à opinião paranaense o quanto custa, de verdade, a manutenção das estradas em perfeitas condições de uso para os nossos cidadãos paranaenses, porque quem tem condições hoje, única e exclusivamente, de dizer quanto custa uma hora realizada pelas concessionárias, pasmem os senhores, não é o DNER, não é o Estado, aquele que representa o conjunto da população do Estado do Paraná, não é o governo do Estado. Quem diz quanto custa são apenas as concessionárias! Terceirizaram por via de contrato, terceirizaram o processo de fiscalização das obras, e ainda, eles é que na realidade estão por trás de muitas dessas empresas, a manutenção e a construção das obras realizadas em qualquer setor.

Então, hoje, se a Rodonorte quiser fazer, deputado Hermas Brandão, uma nova trincheira, quiser fazer um viaduto, quiser construir um alargamento de terceira via, num trecho da estrada do qual a Rodonorte está responsável, ela não tem que fazer licitação para discutir o menor preço na obra realizada. Ela faz a obra com os parâmetros que ela tem firmado no contrato e o Poder Público não tem o direito, não tem a possibilidade de interferir nisto e todos nós sabemos que o preço da obra vai estar refletindo depois nas tarifas que será cobrada de toda a população do nosso Estado.

Hoje nós vamos dar um instrumento importante para o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, que tem como bandeira de campanha, não sua, a bandeira de campanha não é do governador Roberto Requião, ele nem era candidato ainda em 98! E um ano e oito meses, logo depois do pedágio, nós já estávamos aqui na Assembléia Legislativa discutindo a necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a

planilha de custos a respeito da implantação do pedágio no nosso Estado.

É preciso fazer uma referência ao ex-deputado e atual prefeito de Ponta Grossa, o engenheiro Péricles de Mello. Ele ficou 6 meses fiscalizando, porque é engenheiro civil, contratou uma equipe de engenheiros da Universidade de Ponta Grossa, ficaram 6 meses estudando a planilha de custos das obras da implantação do pedágio nesse trecho da Rodonorte. E pasmem os senhores, todas as comprovações que o Péricles trouxe naquela oportunidade, evidenciavam que havia um preço exorbitante para as obras realizadas, as obras de ajardinamento, as obras de tapar buracos, as obras de construção de casas que pudessem cobrar o pedágio.

Então hoje nós vamos dar um passo importante, o governo do Paraná não quer assumir a administração do pedágio no Estado, a prioridade do governador e do governo do Estado é proceder uma negociação com as empresas, para que possam reduzir as tarifas a um nível aceitável e que possamos ter uma fiscalização e uma transparência desse serviço prestado à população.

Dos 2.400 quilômetros que estão no anel de integração, 1.700 pertencem à União, não pertencem a nós, paranaenses, a União delegou para o Estado do Paraná que, por concessão, resolveu fazer a administração e a gestão privada dessas estradas paranaenses e dessas que são de posse da União.

Pois bem, o governo, desde o início do mês de janeiro e fevereiro tem tentado produzir uma negociação que rebaixe os números. Os senhores todos conhecem a minha opinião, que é pública, que é em consonância com aquilo que o governo do Estado pretende, que as tarifas do pedágio rebaixem e que as atuais administradoras do pedágio continuem fazendo a manutenção das estradas do anel de integração, mas que pasmem por uma supervisão e uma transparência, para o Poder Público poder controlar melhor a cobrança e a execução desses serviços, porque é em nome do serviço público que elas têm hoje o direito de obrar qualquer tarifa.

Então, neste sentido, senhor presidente, eu peço aos senhores deputados que aprovem o requerimento, para a Assembléia se transformar em Comissão Geral e que hoje mesmo possamos, em 1ª votação, discutir a constitucionalidade desse projeto.

O deputado Durval Amaral, grande companheiro, tem, elegantemente debatido essa questão da constitucionalidade do projeto que está tramitando na Assembléia Legislativa, não só ele, mas o deputado Valdir Rossoni e outros deputados da Oposição. Vejam senhores deputados, à Assembléia legislativa compete apenas dar início a um processo que compete ao Poder Executivo, executar ou não. Nós vamos autorizar o governo, para que no final de um processo de negociação, se um ou outro lote não chegar a um resultado satisfatório o governo seja obrigado, por decisão própria do governo, administrativa, a proceder à encampação.

O que será feito nessa encampação? O governo, terá que fazer uma auditoria daquilo que foi investido na manutenção, na melhoria, nos serviços, nos recursos que o empreendedor, no caso a concessionária, teve que fazer.

Ao tomar posse desse levantamento, o governo terá que fazer uma modificação no orçamento do Estado do Paraná para proceder indenização prévia, porque é assim que reza a Constituição. À Assembleia não compete nenhuma averiguação, à Assembleia não compete fazer nenhuma discussão a respeito dos valores contidos nos custos auferidos pelo Executivo do que as empreendedoras, as concessionárias realizaram. Nós aqui vamos votar uma autorização para que, no final desse processo de negociação, o governo, se assim o decidir, iniciar o processo de encampação. Por isso, deputado Durval Amaral, V. Exa. ontem questionava a mim e a outros deputados que fazem parte da Base do Governo, porque entendi assim: deputado Vanhoni nós estaremos transgredindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ora, o deputado Durval Amaral tem toda razão. O Governo do Estado do Paraná, vai obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal no seu artigo 5 e no artigo 16. Caso decida fazer a encampação, será obrigado a fazer a emenda no orçamento do Estado; o governo será obrigado a prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. E se o Tribunal de Contas julgar que o governo, ao proceder à encampação, ao não fazer o depósito, ao não identificar a fonte de receita, estaria transgredindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, aí, sim, o Tribunal de Contas irá na realidade reprovar as contas do governo enviando esse processo à Assembleia Legislativa, que no momento posterior terá que analisar as contas do governo. V. Exa. sabe disso. Sabe que nós não podemos antecipar da fonte, não temos como antecipar, se nem sabemos os custos! O governo não está autorizado ainda a proceder ao processo de encampação. A hora que a Assembleia der essa autorização, o Governo vai poder requisitar a documentação, vai poder cortejar preços, custos, fazer um diagnóstico, e aí, sim, proceder o processo final da encampação.

Espero que o governo não tenha que fazer nenhuma encampação. Sou daqueles que prefere o processo de negociação.

Dizia agora, à imprensa, ao jornal O Estado do Paraná: sabemos a realidade financeira que encontramos o Estado. Não é essa que o Valdir Rossoni vem, aqui, na tribuna falar para os nossos visitantes e para nós, senhores e senhoras deputados. É uma situação de dificuldade. O governador Roberto Requião está conduzindo o Estado com muita firmeza, vai recuperar financeiramente o Estado. E o povo do Paraná... e eu sou curitibano e o governador Roberto Requião já foi prefeito desta cidade, pode ter certeza, não faremos dívidas e não vamos conduzir as finanças públicas do Estado do Paraná com a tamanha irresponsabilidade que foi conduzida pelo governo anterior.

Peço a vocês um apoio ao povo do Paraná, para que possamos, de um vez por todas, entrar num consenso a respeito de que as tarifas do pedágio possam ser reduzidas e de que as estradas do Paraná possam ser cada vez melhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto ao deputado Nelson Justus se pediu para encaminhar o requerimento ou os projetos?

O SR. NELSON JUSTUS

Requerimento.

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero confessar que tenho adotado uma postura de um grande pensador, aqui, de União da Vitória, que diz que “nunca viu ninguém se arrebentar por ficar de boca fechada”. No entanto quando vejo um tema tão polêmico e que me diz tão de perto e é evidente, pois fui secretário dos Transportes.

Eu não posso ficar calado neste instante, principalmente porque como todos nós que assistimos uma renovação extraordinária nesta Casa, onde deputados novos para cá vieram cheios de vontade, de desejo e com uma clarividência fantástica em busca da verdade. Quero deixar patente neste momento que eu esperava mais desta Casa neste momento, porque disse bem o deputado Vanhoni, este é o grande número do primeiro semestre desta Casa. Eu vou votar, claro, a favor da autorização para a encampação, mas, meu presidente, deputado Hermas Brandão, esta Casa fica devendo; nós tínhamos que discutir essa matéria.

Ora, para apreciarmos a matéria de Ponta Grossa, com a infelicidade que tivemos de negar a continuidade da Faculdade de Medicina, essa matéria foi amplamente discutida, para cá veio o reitor, aqui as pessoas discutiram, e nós votamos. Muito que bem, esta matéria da encampação do pedágio não foi discutida e por isso esta Casa vai ficar devendo.

Eu ouvi de alguns deputados que diziam: “Eu não quero businagem aqui na Assembleia; que vá lá para o Palácio”. Outro: “Nós estamos enfraquecendo o governador Requião”.

Pelo contrário, o governador disse aqui, em alto e bom som no dia da sua posse: “Deputados eu quero vocês vibrantes, participantes e não vaquinhas de presépio”. Eu não vi disso; esperava que os novos e os antigos deputados assim agissem.

Esta Casa vai continuar devendo. É uma pena, porque a matéria é apaixonante. Nós tínhamos que ouvir, claro, e o deputado Vanhoni quis trazer aqui o secretário dos Transportes, que não foi ouvido, que aqui da Casa, e nós gostaríamos de ouvir a opinião, que eu conheço, mas eu queria que a Casa ouvisse a opinião do secretário Pugliesi. Claro que o tempo vai permitir com que haja essa negociação, que é o que nós esperamos. O governador merece de nós todo o respeito e o cheque em branco

que estamos lhe dando, nós vamos dar um cheque em branco para o governador Requião, sim, oxalá esse cheque tenha fundos, mas nós vamos dar um cheque em branco ao governador.

Então, senhor presidente, senhores deputados, eu voto favoravelmente à autorização para que haja a encampação.

Eu ouvi do presidente Lula, que aliás me surpreende a cada dia, que ninguém baixa os juros com bravatas. E olha, ninguém acaba o pedágio com bravatas. Para se baixar a tarifa do pedágio e para se acabar com o pedágio, é preciso ações, conversas, negócios, firmeza; e por isso o governador tem, e ele esperava, eu não tenho a menor dúvida, que esta Casa contribuiu para isso, mas ela não contribuiu; é uma pena.

Nós encerramos as nossas atividades e vamos ficar devendo.

Agradeço, senhor presidente, a compreensão, agrado aos deputados. Voto favoravelmente à autorização para que o governo tenha condições de encampar as praças de pedágio, e torço, como o deputado Vanhoni, líder do Governo, de que isso não aconteça, de que não haja necessidade, de que o governo consiga negociar com todas as concessionárias e baixar sim, porque as tarifas são injustas, são altas e são pesadas.

Acredito na seriedade do governo, na seriedade dos negociadores de ambos os lados, mas esta Casa vai ficar devendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pediria a compreensão dos senhores deputados para votarmos o requerimento que transforma em comissão geral, e depois entramos na discussão dos projetos.

Consulto o deputado Valdir Rossoni se vai encaminhar o requerimento para transformar em comissão geral ou encaminhar o projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu vou encaminhar o requerimento porque eu, pela manhã, quero pedir desculpas aqui ao deputado Durval Amaral, pelo brilhante estudo feito por ele, porque mudei minha posição quanto à votação da constitucionalidade. Não que eu esteja contra a proposta do deputado Durval; estou a favor do Paraná.

Os senhores vejam e é por isso que eu gostaria de ter a atenção do deputado Ângelo Vanhoni: o deputado Nelson Justus sobe à tribuna, foi secretário dos Transportes, e diz que vamos dar um cheque em branco ao governador. Digo a V. Exas. que votaria contra o requerimento de transformação em Comissão Geral, mas vou votar favorável. Por quê?

Neste momento as praças de pedágio já estão sendo invadidas pelos sem-terras e está sendo cobrado o pedágio. O que nós temos que fazer? E aí, depois do encaminhamento da questão, quero fazer uma nova proposta ao ilustre líder do Governo: vamos votar favorável

à transformação de Comissão Geral para que amanhã não sejamos culpados, deputado Durval Amaral, de adiar esta votação e que a autoridade venha tomar as medidas cabíveis para que o processo possa caminhar normalmente.

Então, mudo minha posição quanto à votação, devido a situação que se instalou no Paraná, mas, depois, no encaminhamento senhor presidente, me resguardo o direito para que possa fazer uma nova proposta e não dar apenas um cheque em branco ao governador, vamos dar dois cheques em branco ao governador.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados. Na verdade fiz questão de encaminhar este requerimento em homenagem ao deputado Ângelo Vanhoni. Poderia parecer - para alguns, um ato de extrema simplicidade, e o é, o ato simples do deputado Ângelo Vanhoni se dirigir à Bancada da Oposição e de lá se pronunciar, mas, na verdade, deputado Ângelo Vanhoni, é quando o homem revela a sua genialidade.

Este assunto encampação, é um assunto que mexe e que pode transformar as finanças públicas do Estado do Paraná.

É por isso mesmo que quando o deputado Nelson Justus, ex-secretário dos Transportes, vai à tribuna e fala que este assunto poderia ter sido discutido à exaustão, nesta Casa, ele tem toda razão. Nós somos minoria, mas eu respeito o jogo democrático porque já fomos maioria nesta Casa, porém ninguém pode nos tirar o direito de discutir a matéria, de debater, como hoje, pela paciência e pela devoção até, daqueles companheiros da CCJ, ficaram e tiveram a paciência de me ouvir durante quase uma hora quando relatei o meu parecer sobre a constitucionalidade da matéria. E o Direito é lindo, porque o Direito pode ser analisado sob o prisma de diversos lados.

Mas nós, apesar de termos já uma decisão do Bloco de Oposição e me parece também os deputados independentes, não vamos votar contra a encampação em hipótese alguma, mas queremos discutir a matéria, querendo debater. Agora, pessoalmente, afronta-me, fere-me de morte votar a transformação do Plenário em Comissão Geral para discutir um assunto desta envergadura e desta importância. Vamos votar contrariamente à transformação do Plenário em Comissão Geral.

Respeito a posição de deputado Valdir Rossoni, que, aliás, é um combativo deputado, é um grande amigo e sempre tem nos acompanhado nas votações, mas, com relação à transformação do Plenário em Comissão Geral temos que votar contra, porque é uma incoerência sem precedentes, um assunto que pode redundar numa indenização monstruosa ao Estado do Paraná votarmos sem obedecer àquilo que estabelece a Lei de Responsabili-

dade Fiscal. Claro, não vou me alongar na justificativa agora, deputado Nereu Moura, porque vai ser objeto - como já suplicou o deputado Hermas Brandão, quando formos tratar da matéria.

Então, se registre aqui a maioria dos votos contrários e por que estamos votando a transformação do Plenário em Comissão Geral. Porque entendemos, é um expediente legítimo, legal, a Situação tem todo o direito de usar. Nós usamos isso com frequência, não cabe a nós a crítica; a constatação que isso é um assunto palpitante e que poderia ser discutido amplamente e que não custaria nada ao governo tomar todas as medidas necessárias, fazer todos os levantamentos, para que nós não fizéssemos o que o deputado Nelson Justus disse aqui, dando um cheque em branco ao Governo do Paraná, que pode, tomara a Deus que não, mas que pode gerar uma indenização milionária que no futuro poderá se caracterizar numa transferência nunca antes vista de recursos do Poder Público para a iniciativa privada.

Então por isso, nós vamos votar contrariamente à transformação do Plenário em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o Requerimento nº 1302, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados Nereu Moura, Carlos Simões e Chico Noroeste, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da presente Sessão Ordinária em Comissão Geral, para votação dos Projetos de Leis nºs 336/2003, a 341/2003. Permaneçam como estão. **Aprovado!**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. 41 aprovam o requerimento.

Os que rejeitam o requerimento. 04 Rejeitam!

Aprovado, pela maioria dos senhores deputados!

O SR. DURVAL AMARAL

Quero registrar o voto contrário da transformação do Plenário em Comissão Geral dos deputados Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli e deputado Plauto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Aprovado o requerimento, pela maioria absoluta.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2003. Fica o Poder concedente autorizado a promover a encampação

objeto de contrato nº 71/97, para exploração do lote número 01 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. SEM PARECER. (**Publ. no DA nº 048/2003, de 16.06.2003**).

Quero esclarecer aos senhores parlamentares também, que o parecer sobre a constitucionalidade já foi votado na Comissão de Constituição e Justiça. Nós vamos designar o relator para o item 4º que é a 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 336/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2003: (Lê): “Fica autorizado...”

Designo o delegado Mário Bradock para dar o seu parecer ao Projeto de Lei nº 336/2003.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Antes de iniciar a leitura do meu relatório, quero aqui nesta tribuna elogiar o voto em separado do deputado Durval Amaral hoje na Comissão de Constituição e Justiça; demonstrou o deputado que estudou o caso, como eu estudei na CPI do Pedágio o meu voto em separado. É diante dessas atitudes que a gente vislumbra o quilate de um parlamentar, embora, contrário. Muitas vezes o contrário pode ser a maioria, em algumas situações.

Passo a ler agora o Projeto de Lei nº 336/2003.

“PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 336/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 014/2003, o projeto de lei em pauta “autoriza o Poder Executivo a promover à encampação da concessão objeto do Contrato nº 071/97 para exploração do Lote nº 01 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das Leis nº 8.987/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previsto no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei”.

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder ao desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto e levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no Governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamado este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.”

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, gostaria de ter a aquiescência do eminente deputado Bradock, e compreender, senhor presidente: os projetos encaminhados pelo governador, de encampação já foram votados na CCJ.

Então, o Parecer...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele está dando o parecer sobre a Comissão de Finanças e a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O SR. VALDIR ROSSONI

Pensei que ele estivesse dando o parecer das emendas. Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Emendas só em 2ª discussão, deputado.

O SR. DELEGADO BRADOCK

É este o relatório, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão o relatório.

Em votação.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Estamos aqui hoje vivendo um momento especial nesta Casa, quando um assunto que diz respeito à grande maioria dos paranaenses está em discussão. Os paranaenses, que citou aqui o líder do Governo, Ângelo Vanhoni, de 9 milhões, não é esse o número dos que circulam pelas estradas do Paraná. É um número bem reduzido.

Quero aqui me somar às ilustres colocações do deputado Durval Amaral e também do deputado Nelson Justus, que foi secretário dos Transportes, pessoa que conhece a fundo essa polêmica questão do pedágio. Deveríamos discutir mais, não precisaríamos ter toda essa pressa.

Mas, tem algo de estranho neste dia, senhor presidente. Quero deixar aqui consignado neste momento a rapidez como as coisas estão acontecendo. Olhem só agora o que acabamos de ouvir: o deputado Bradock, embora reconheça nele uma pessoa de conhecimentos amplos, tendo em vista que é um deputado que tem três cursos universitários, sendo um deles como colega de profissão, farmacêutico-bioquímico, além disso professor e também advogado. Deputado Bradock, nunca imaginei - embora reconheça a sua inteligência, a sua sabedoria - que V. Exa. fosse tão ágil. A partir do momento que o presidente designou o deputado como relator, em poucos segundos, é capaz de produzir um relatório com todo esse conteúdo, com diversas laudas...

Deputado Bradock, parabéns pelo seu conhecimento, pela sua agilidade e pelo seu conteúdo.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer do deputado Bradock referente ao parecer da CCJ. **Aprovado.**

Em discussão o projeto. Encerrada a discussão e votação.

Para discutir o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, paranaenses que nos honram com suas presenças.

Nesta primeira fase vamos discutir agora e vamos votar a constitucionalidade do projeto em questão.

A constitucionalidade nos faz crer que é flagrante e é visto da sua constitucionalidade, uma vez que não traz dentro do projeto de onde são as receitas, de onde retira os recursos e qual o impacto financeiro que vai trazer para o Estado do Paraná neste exercício e também para os dois anos subseqüentes.

Entendemos que a questão do pedágio é uma promessa de campanha eleitoral do governador Roberto Requião. Foi muito feliz o deputado Durval Amaral, quando ocupava esta tribuna, quando ele lembrava e eu também muito bem, que no último debate que antecederam às eleições, a escolha do governo do Estado do Paraná, quando o então candidato Requião perguntava ao Álvaro Dias, o que ele faria com a questão do pedágio, e ele, com firmeza, com determinação, disse naquele momento não palavras políticas - aquilo que um homem público devia efetivamente dizer: - "Se governador, vou formar uma auditoria e se tiver irregularidades, eu acabo com o pedágio do Paraná, se não encontrarem irregularidades eu chamo as empresas para uma negociação em relação à redução do custo do pedágio. O então candidato a governador Roberto Requião foi claro, taxativo, quando disse: - "Auditoria, não; eu acabo com o pedágio no Paraná, se governador".

Hoje, dá para ver que a questão não se resolve com uma questão de imposição, por que acima do governo existe uma lei e a lei ela deve ser respeitada.

Existe uma legislação a nível nacional que autoriza em nosso país a construção de rodovias e a cobrança de pedágio, à iniciativa privada. Aliás, isso será feito agora pelo governo Lula, pelo governo PT. Nós lemos nessa última semana que são 2600 quilômetros de rodovias federais no nosso país, que serão licitadas e serão privatizadas e a cobrança do pedágio será instituída; uma dessas rodovias será a BR-116, que liga São Paulo e corta o Brasil, mas a BR-116, conforme a imprensa tem noticiado, será dividida em dois blocos que cortam o Paraná, São Paulo a Curitiba, e Curitiba até a divisa de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Será licitado e será cobrado o pedágio.

Estranha-nos muito quando o governo brasileiro, o governo do PT, exatamente, vai autorizar a concessão de rodovias federais do nosso país, inclusive no Estado do Paraná. Aqui no Paraná se toma essa medida para encampar o pedágio.

A questão do mérito nós vamos discutir na segunda discussão, mas na inconstitucionalidade, da forma que vieram as mensagens para a Assembléia Legislativa, nós não podemos conceber e não podemos votar favoravelmente, porque nós entendemos que existe vícios de inconstitucionalidade, uma vez que não foram

seguidos exatamente os trâmites legislativos e os trâmites legais que devem ser seguidos principalmente no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por isso, senhores deputados, estamos numa situação difícil, difícil, sim, para nós deputados, porque a questão do pedágio não é uma questão da Assembléia, é uma questão do Governo do Estado, é uma promessa que ele fez na campanha eleitoral e que não consegue cumpri-la e quer transferir a responsabilidade para a Assembléia Legislativa e para os deputados estaduais. Ora, se ele quiser encampar, como disse o líder do governo, há pouco aqui desta tribuna, ele enviaria uma mensagem, já definido o quadro, se realmente vai encampar ou não vai. Nós fomos informados também ontem, extra-oficialmente que o Governo - acho que hoje à tarde - estaria negociando com duas empresas e fazia exatamente o acordo para a diminuição do preço do pedágio.

Quer dizer, nós, deputados, vamos fazer o quê? O que nós estamos votando? Vamos votar uma mensagem do Governo hoje e amanhã, hoje toda ela, mas de repente o Governo até já tem resolvida a questão.

É difícil para a gente legislar sobre isso. Mais difícil ainda, senhor presidente, é da forma apressada como as coisas vieram. Disse o nosso líder, deputado Durval Amaral, que no passado também usou-se desse expediente; agora trata-se de uma questão muito difícil em que se encontram os deputados que dão sustentação ao Governo da Assembléia Legislativa, que foram oposição no governo passado, quando o governo passado usava esse expediente nós fomos condenados, o governo foi condenado por essas atitudes rápidas, rasteiras, sem dar oportunidade para que a sociedade e os deputados pudessem debater.

Na semana passada o deputado Stica, que preside a Sessão neste momento, entrou com um requerimento convocando o secretário dos Transportes do Estado do Paraná para que viesse à Assembléia Legislativa debater com os deputados a questão da encampação do pedágio. O líder do Governo, num entendimento que manteve com o deputado Stica, pediu que retirasse o requerimento e que o secretário viesse, a convite, na Assembléia Legislativa.

Naquela oportunidade, eu solicitava inclusive ao deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, qual é a sala e quando o secretário viria e ele nos informava que seria segunda-feira, no dia de ontem, e nós seríamos informados onde o secretário viria para debater exatamente essa questão conosco.

Hoje é terça-feira, nós já estamos votando as mensagens do Governo do Estado sem a presença do secretário dos Transportes aqui na Assembléia Legislativa, que foi um compromisso firmado nesta Casa de Leis. Então, fica difícil debater uma questão de tamanha importância que envolve bilhões ou milhões e milhões do nosso Estado, que pode trazer um passivo enorme para o Estado do Paraná para os futuros governos. E o que vamos fazer?

Nós sabemos, nós entendemos que aceitamos o jogo democrático, a vontade da maioria tem que ser respeitada, assim como sempre respeitamos.

Sabemos que a encampação deve ser aprovada e esperamos que dentro dessa encampação, aos menos algumas Emendas que já foram apresentadas por alguns deputados, possam ser acolhidas para atender integralmente aquilo que a sociedade do Paraná e aquilo que o governador efetivamente queira fazer no nosso Estado.

Por isso eu, como deputado pela quarta legislatura, jamais posso concordar quando se fere todos os dispositivos que regulamentam os trâmites de um projeto de lei.

Não posso concordar e devo votar contra a constitucionalidade desse projeto. Voto contra a constitucionalidade, depois, no mérito vamos discutir mais sobre isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está em votação o projeto que foi lido.....

O SR. DURVAL AMARAL

Para discussão, senhor presidente! A matéria ainda está em processo de discussão!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Tem que pedir! Agora, o senhor acabou de pedir para discutir.

Com a palavra, para discutir o deputado Durval Amaral.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Há duas inscrições anteriores à do deputado Durval Amaral, deputado Jocelito Canto e a nossa.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Peço desculpas, eu assumi a Mesa agora e corrijo, então, passando a palavra para encaminhar ao deputado Jocelito Canto, e aproveito para explicar ao deputado Elio Rusch que já recebi a comunicação por parte do Governo.

A minha preocupação chamando o secretário dos Transportes, é para dar a garantia se encampado fosse, da manutenção das rodovias e já tive essa garantia por parte do Governo do Estado.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Agradeço a comunicação de V. Exa. mas lamento profundamente, pois o secretário dos Transportes virá aqui na Casa depois de termos votado a encampação? Essa é a afirmação? Essa é a disposição do Governo Roberto Requião?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Não sei nem se ele vem. Mas já recebi a resposta para minha pergunta.

O SR. ELIO RUSCH

Pois é, V. Exa. recebeu a informação que o secretário dos Transportes virá à Assembléia discutir a encampação depois da votação da encampação.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Não, eu não falei isso!

Eu falei que recebi por parte do Governo a garantia da manutenção das rodovias que não tiveram acordo e que foram encampadas.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço, mas eu lamento profundamente, pois V. Exa. não foi atendido na sua solicitação, quando V. Exa. retirou o requerimento convocando o secretário dos Transportes.

Fica registrado o nosso protesto, que isso não pode mais acontecer aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Com a palavra, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa, membros do movimento favorável ao pedágio. Se estivesse vivo aqui o deputado Anibal Khury, certamente diria ao deputado Elio Rusch que nunca é tarde para ser feliz. O secretário vem depois também, não tem problema. Nunca é tarde para ser feliz.

Eu diria também, lembro-me aqui de algumas frases do deputado Anibal Khury: "Atrás do balcão é outra história". É bom lembrar dessas frases do Anibal Khury que nós tivemos a felicidade de estar dois anos com ele aqui.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, nós estivemos analisando com muita profundidade essa questão do pedágio ao longo dos últimos dias e não só ao longo dos últimos dias, mas ao longo dos últimos anos em que esse pedágio foi estabelecido.

E lembro-me daqueles cachorros que morderam os caminhoneiros indefesos; lembro-me da polícia "descendo a botina" nos pequenos motoristas caminhoneiros; lembro-me da luta do Nélio Botelho que aqui está presente, nesta tarde, um dos maiores líderes dos caminhoneiros deste país.

Lembro-me que um dia, um simples proprietário de um posto e amigo nosso, chamado Neuri Tigrão, foi preso às 6h00 da manhã, colocado dentro de um camburão, levado como se fosse um marginal. Nem para Ponta Grossa foi levado; foi trazido para Curitiba como um verdadeiro bandido. E depois, não tinham mais o que inventar a respeito do movimento e inventaram uma tal história de uma nota fria de cinquenta reais para tentar incriminá-lo, porque na verdade ele estava sendo um dos grandes líderes, como sempre foi do movimento pela união dos caminhoneiros que parou o Paraná e parou o Brasil para protestar principalmente contra o pedágio aqui do Paraná.

Lembro-me disso, consultando a população que represento, ouvindo aqui o deputado Ângelo Vanhoni falar da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma preocupação que sempre tivemos. De que o governo haverá de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e isso constitucionalmente pode ser feito atendendo todos esses segmentos. Atendendo o cidadão que nós representamos nos Campos Gerais e quando nos candidatamos a deputado, nós sempre dissemos ao povo por onde andamos, que nós iríamos consultar o povo no momento das grandes decisões.

E tomando como base a determinação daquele que nos trouxe a esta Casa, que foi o povo, eu decidi, particularmente, que votarei a favor da encampação e votarei ao lado do governo, dando um cheque em branco para o governador Roberto Requião.

E quem está dando esse cheque em branco, que vem a ser um voto de confiança ao governador, é exatamente aquele deputado que dias atrás levantou suas armas contra o governo aqui. Não teve a mesma confiança do governador do Estado, que nos tirou o curso de Medicina de Ponta Grossa.

Mas, há um ditado cristão, há uma profecia cristã que diz: “Quando alguém te faz o mal, não faça o mal. Ofereça o bem, dá a cara para bater do outro lado”.

E é isso que estou fazendo neste momento. Estou acreditando neste governo que está aí e sei que o governo não vai encampar muita coisa.

Sei que o governador Roberto Requião está caminhando para fazer um grande acordo - que será importante, porque a CPI do Pedágio disse aqui, em um Relatório que eu já li e que não foi lido nesta Casa, ainda, que aliás, deveria ter sido também lido antes mesmo de votarmos, e o Relatório diz que alguns produtos encarecem a partir do momento do pedágio e entre esses produtos está o calcário, que vem da região de Castro, que também representamos aqui.

Em função de tudo isso, senhor presidente e senhores deputados, é que estamos encaminhando a votação e estamos dando, neste momento, um voto de confiança para que o governador Roberto Requião possa negociar com outras duas ou três, e nós vamos acabar tendo um preço reduzido do pedágio, um preço justo, que todo mundo possa pagar; que não acabe o pedágio, que ele continue, mas que se tenha um preço justo, e é nisso que acredito.

E eu, como sou apenas um deputado de dois anos e seis meses de mandato, um pouco jovem, como disse o próprio deputado Nelson Justus, fico feliz e muito bem protegido ao tomar essa decisão, pois um decano desta Casa, o deputado Nelson Justus, que inclusive já foi secretário de Estado do governo anterior, que já esteve no governo Jaime Lerner, disse nesta Casa que é favorável à encampação. Se o deputado Nelson Justus, que lá no passado já fez parte do governo anterior, até na condição de secretário e acompanhou o pedágio e sabe como foi e como é e vai votar a favor da encampação, por que eu, um

deputado de dois anos e seis meses, não votaria favorável também?

Então, senhor presidente e senhores deputados, não há muito o que discutir! É acreditar! E também estou votando, porque o governador do Estado do Paraná submeteu ao povo do Paraná essa discussão na campanha. Ele disse que o pedágio ou abaixava ou acabava! Ele disse isso ao povo e o povo do Paraná o elegeu governador principalmente pela questão do pedágio, porque tem muito a ver com a questão agrícola do nosso Estado.

Então, é uma aprovação do Paraná! O Paraná votou no governador que disse na campanha, assumiu o compromisso de que o pedágio seria reduzido. Então, vamos dar essa condição ao governo.

É essa a condição que estou dando neste momento, é essa confiança que o governador não deu a nós, em Ponta Grossa, e quero que se registre na Ata da Sessão nas notas taquigráficas e no sistema de som desta Casa, que o mesmo deputado, que dias atrás não recebeu o voto de confiança do governador, hoje dá um voto de confiança ao governador, dá um voto para que ele cumpra o que prometeu na sua campanha política e que foi vitorioso, com o povo do Paraná lhe dando a maior votação.

Por isso não quero me estender, senhor presidente, mas quero aqui homenagear a principal cidade que sempre defendeu os caminhoneiros, a principal cidade que foi trincheira nas batalhas, que teve caminhoneiros que foram mordidos, massacrados, machucados, e vejo hoje pessoas que criaram o pedágio, esse fantasma que assombra o Paraná, e vejo hoje defendendo o pedágio!

É por isso que, em nome da capital dos caminhoneiros, que é Ponta Grossa e os Campos Gerais, de todos aqueles que lutaram e previam lá trás que isso iria acontecer, pessoas que começaram a luta como Valmor Vaz, Nélcio, o Neuri e tantos outros companheiros da União, da Movimentação, do sindicato. Em nome de todo esse pessoal e da cidade que represento, e a região dos Campos Gerais me mandou aqui, para dar esse voto de confiança ao governador e ficar ao lado dos caminhoneiros, principalmente, dos mais humildes do Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, aos deputados Plauto, Zuk, Durval e Greca.

O SR. AUGUSTINHO ZUK

Deputado Stica, eu gostaria de fazer uma correção, quando solicitou para encaminhar o deputado Elio Rusch. O deputado Hermas Brandão, que presidia a Sessão, disse para se cumprir o Regimento, um a favor e outro contra. O deputado Jocelito pediu a palavra e eu também. Ficamos na dúvida e eu abri mão para o deputado Jocelito, já que ele encaminharia também favoravelmente.

Houve a inscrição, dirigi-me até a Mesa, reiterei a inscrição para o deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Se esse foi o acordo, vamos cumprir.

Tenho aqui Plauto, contra; Jocelito falou favorável. Agora coloco alguém para falar contra, que seria o Plauto que está na ordem. O senhor vai falar favorável, certamente.

Eu lhe pergunto, Durval, antes de lhe conceder a palavra pela ordem, se o senhor vai falar contra ou a favor.

O SR. DURVAL AMARAL

Vou falar pela inconstitucionalidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Vamos inscrevê-lo depois do Plauto, contra, e o deputado a favor. A ordem fica assim: Plauto, Zuk, Durval e Greca, até agora.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Elio e eu também pedimos para discutir a matéria. Estamos em processo de discussão. Ainda não foi colocado em votação, portanto, não iniciou o processo de encaminhamento.

Gostaria que fossem dados trinta minutos, para cada orador que está na tribuna, porque o processo é de discussão e não de encaminhamento da matéria, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

De novo peço escusas por assumir no meio dos trabalhos. Vamos dar trinta minutos para cada orador.

Concedo a palavra ao deputado Plauto Miró, para discutir a matéria.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Quero deixar claro, aqui, que não sou a favor das tarifas que estão sendo cobradas nas rodovias pedagiadas, no Estado do Paraná. Sou a favor, sim, de uma tarifa justa.

Mas, venho à tribuna neste momento, para fazer a minha preocupação com relação à forma como está sendo conduzido esse processo de votação, no dia de hoje, nesta Casa. O projeto de encampação chegou na Assembléia Legislativa há pouco mais de dez dias. Durante esse período, não tivemos condições de buscar informações suficientes, para que pudéssemos aqui votar com a consciência e corretamente de acordo com aquilo e da forma como os eleitores que aqui nos colocaram, esperam, senhor presidente.

Estamos entrando em um processo de votação. As discussões estão acontecendo e não temos informações nenhuma. Não sabemos qual é o valor que vai ser pago, para se encampar as empresas de pedágio no Estado do Paraná. Não temos essa informação.

Ouvíamos por parte das concessionárias um número que chega à casa de três bilhões de reais. Senhor presidente, senhores deputados, sabem o que são três bilhões de reais? Dá para construir 300 mil casas populares! Por outro lado, ouvíamos o lado do governo falar, que não são três bilhões de reais, que é só um bilhão. Meus amigos, um bilhão de reais dá para construir cem mil casas populares! Não estamos falando de cifras pequenas, são bilhões de reais! Espero e esperava poder aqui neste momento estar discutindo com números na mão, com condições de podermos votar conscientemente.

Quero deixar claro, senhor presidente, que não vou votar a favor do encampamento e vou dizer por quê - porque não tenho condições de seguir e votar com a consciência tranqüila em cima de um voto tão importante, mas sem informação nenhuma.

Vou votar aqui uma emenda que está sendo apresentada pelo deputado Durval Amaral que pede a encampação do pedágio, sem que o usuário tenha que pagar a tarifa. O projeto dele terá o meu voto. O projeto do governo não terá o meu voto, porque não tenho informações suficientes para poder votar com a consciência tranqüila, ainda mais porque, senhor presidente e nobre deputado Ângelo Vanhoni, quando o secretário Heron Arzua aqui esteve nós fizemos uma pergunta a ele e aqui estão as notas taquigráficas, e eu espero pedir a todos os representantes aqui dos caminhoneiros que se fazem presentes neste momento que, quando o secretário Heron Arzua aqui esteve, foi questionado de onde viria o dinheiro para pagar a encampação do pedágio e ele deixou claro; vou ler aos senhores - "não tenho a menor idéia, estou do mesmo tamanho que V. Exa." Eu fiz a pergunta ao secretário da Fazenda, Heron Arzua, e ele nos deu esta resposta.

Veja a preocupação que temos neste momento, a preocupação e a responsabilidade de votar um projeto sem saber se tem dinheiro, sem saber de onde vem o dinheiro, porque para encampar está na lei - têm o governador e o governo, que pagar às concessionárias uma indenização de tudo aquilo que elas já aplicaram nas rodovias do Paraná.

Sou a favor de um preço menor, de um preço justo. Digo aqui que o governador tem que discutir com as concessionárias, são seis no Estado do Paraná. Duas delas, já está negociado; já aceitaram as condições, já chegaram num entendimento, e são as concessionárias Caminhos do Paraná e Econorte. As outras quatro concessionárias estão em fase de discussão, e espero que num entendimento, o governador consiga diminuir o preço do pedágio e se encontre um preço justo para o pedágio, e não uma encampação, que vai ter que o governo do Estado assumir o compromisso de um bilhão de reais, sendo que este um bilhão de reais poderia ser utilizado na Saúde, na Educação, quem sabe, deputado Jocelito Canto, uma parte desse um bilhão de reais para poder implantar o nosso curso de Medicina na Universidade de Ponta

Grossa, que aqui é alegado pela ala do governo que não tem recurso para que aquele curso siga o seu caminho!

Tenho a certeza, e com a consciência tranqüila, estou honrando o voto que tive dos meus eleitores, estou honrando os votos que me fizeram nos Campos Gerais o deputado mais votado, porque com a consciência tranqüila, voto neste momento, a favor do povo do Paraná, porque o que nós queremos são boas rodovias, em condições de uso, e um pedágio com um preço justo.

É esta a minha posição, senhor presidente, senhores deputados.

Vou votar a emenda do deputado Durval Amaral que pede e aprova a encampação do pedágio, só que o usuário, senhores representantes dos caminhoneiros, não mais terão que pagar a tarifa do pedágio. Estou vendo na camiseta do Tigrão, meu amigo de Ponta Grossa, aqui representante dos caminhoneiros, está escrito - Xô, Pedágio.

Vamos dizer Xô, Pedágio, sim, encampando, e vocês não tendo mais que pagar a tarifa.

Este é o meu voto.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para discutir)

Senhor presidente, inclusive um pedido para que se abra mão da palavra, para que se encaminhe rapidamente, eu não vou gastar mais que dois minutos para dizer duas coisas: Fui no Cetcepar, numa bela reunião, e está registrado em Ata na Assembléia, que falei daquela tribuna - eu disse: não acredito que a CPI do Pedágio possa baixar o preço, não acredito e é verdade. Não vai baixar o preço a CPI do Pedágio.

Agora, deputado José Maria, duas coisas que quero falar nesse encaminhamento, nessa discussão. Em primeiro lugar, talvez não tenha tido nesta Assembléia outra matéria que foi tão discutida quanto o pedágio.

Ao longo de oito anos a matéria que mais se discutiu, na Assembléia, foi o pedágio! Então, não está tendo tempo para discutir? Não, isso faz 8 anos! Olha, tivemos uma eleição, baixou a tarifa, voltou a tarifa, todo mundo discutiu isso! Os caminhoneiros se mobilizaram tantas vezes. Eu sou um daqueles que defendi e reafirmo aqui, para votar rápido essa matéria, para resolver esta parada, para dar autorização para o governador - que não é um cheque em branco, nós temos aqui o poder de votar pela Constituição, nós temos a Constituição Federal, a Constituição Estadual e o Regimento Interno, presidente, aqui ninguém dá cheque em branco para ninguém! A nossa responsabilidade é votar um projeto encaminhado pelo governador, e assim estamos procedendo! Na minha opinião, estamos procedendo dentro de todas as legalidades processuais que têm o Regimento Interno da Assembléia, a Constituição Federal e Estadual.

Encerro dizendo o seguinte: nós discutimos isso durante oito anos, o governador teve seis meses, depois da sua posse para achar a melhor alternativa. Se ele está enviando para cá esses projetos pedindo autorização para a Assembléia para encampar o pedágio, podem ter cer-

teza que faz parte de uma das alternativas analisadas com seriedade pelo Governo do Estado.

Tem o nosso voto favorável, assim como teve a nossa assinatura na CPI do pedágio.

O SR. DURVAL AMARAL (Para discutir)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Hoje estamos apreciando somente a constitucionalidade da matéria. Entretanto, é disposição nossa de não votarmos contra a encampação, mas não podemos nos furtar de discutir a matéria.

Antes de iniciarmos a discussão quero só lembrar que estou apresentando uma emenda ao projeto de lei, à mensagem do governo que propõe a encampação. Tenho certeza, é uma emenda que vai atingir plenamente a maioria da vontade dos cidadãos paranaenses que pretendem a encampação.

E aí leia-se, muitos cidadãos pensam que com a encampação proposta pelo governo, não terão mais a obrigação de pagar o pedágio.

É este o sentimento que a população do Estado do Paraná está tendo, neste momento. Com a nossa emenda, que espero ter apoio de todos os deputados da Assembléia Legislativa, não só os deputados de Oposição mas também os de Governo e os independentes. O que nós propomos?

Nós propomos, naquele gesto grandioso que fez o deputado Ângelo Vanhoni, ao assumir a tribuna da Oposição, porque esta é uma questão para ser discutida por todos nós, paranaenses, é uma questão que não se trata de ser Oposição, deputado Rossoni, ou da Situação, todos nós queremos. Então, que venha a encampação! Todos nós desejamos também, porque essa é a vontade da população paranaense, o fim do pedágio!

V. Exa. deputado Rossoni, tem uma emenda muito semelhante, parecida com a nossa, a nossa por sua vez é muito objetiva e extremamente simples, aproveita o Artigo 1º da encampação, porque aqui na Casa inclusive tem uma máxima agora que não se vota mais projetos meramente autorizatórios de autoria dos parlamentares, mas se vota projetos autorizatórios quando se tratar de mensagens do governo.

Então, estamos aproveitando um projeto autorizatório, que é uma mensagem do Governo, e ficamos assim: "Fica o Poder Executivo autorizado a promover a encampação da concessão objeto dos contratos de licitação para exploração do lote nº 3 (no caso, tem 1, 2, 3, 4, 5, 6) do programa de concessão de programa de rodovias do Estado do Paraná." Porém, senhores caminhoneiros, vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas do Estado do Paraná.

Confesso que fui buscar a inspiração no movimento "Xô Pedágio", Xô Pedágio, fim de cobrança de pedágio no Estado do Paraná.

É um movimento que se alastrou pelo Estado do Paraná, que estimulou, inclusive a ocupação das praças

de pedágio com o MST cobrando o pedágio nas rodovias pedagiadas deste Estado. Por isso, já que o governador disse em alto e bom som durante a campanha eleitoral e um debate com o ex-candidato a governador Álvaro Dias, que se ganhasse acabaria com o pedágio no Estado do Paraná.

Nós estamos apresentando essa emenda, porque é a única forma, ou a forma apresentada pelo deputado Valdir Rossoni, de encampar, mas pondo fim ao pedágio.

Acredito que não haverá voto contrário. E me disponho aqui nobre líder Ângelo Vanhoni, de votar a favor da encampação, e peço para que os deputados da Situação votem a favor da encampação e votem também a favor da minha emenda. Por quê? Se nós estamos, deputado Anibelli, somente autorizando para que o governo use de seu poder discricionário para encampar ou não. Vamos dar ao governador a oportunidade de não só encampar, mas ir além, de encampar e pôr fim ao pedágio no Paraná.

Quero seguir agora, porque fiz um contra-ponto na Comissão de Constituição e Justiça. Fiz um voto em separado ao parecer do deputado Bradock.

Aliás, deputado que eu respeito muito e tem sido voz corrente na CCJ, é um dos parlamentares que com brilhantismo tem fundamentado todos os seus pareceres.

Mas, como disse antes na CCJ, o direito é belo porque propicia o contraditório, é belo e isso faz a diferença nas bancadas de advocacia, dos grandes e dos brilhantes advogados, daqueles que estão em uma condição mais média, que é a interpretação, de qual lado e de qual prisma você observa o direito. Tenho convicção que a mensagem do governo é deveras inconstitucional. Por quê? Por uma questão muito simples: não cabe a interpretação literal do direito, não cabe simplesmente interpretar a 8987, mas claro que ela é propícia, mas temos que ler a Lei das Licitações, a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos que ler a Constituição Federal.

E, nesse processo de analisar todo o ordenamento jurídico, deputado Carli, formei convicção própria de que a mensagem é inconstitucional pelas razões que vou expor.

A Lei de responsabilidade Fiscal no seu artigo 15, diz o seguinte: “Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17”.

Se estamos autorizando a encampação e se ela for usada como instrumento do Estado para propiciar as concessionárias, gerará por certo uma indenização, que aliás, está prevista indenização prévia na Lei 8987, quando trata expressamente da encampação prévia. Se tem indenização prévia, tem-se que cumprir o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, e assim, tem-se que obedecer o artigo 15, e mais, tem que obedecer o artigo 16, que fala: “a criação, a expansão, o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhada de...”

Ora, se o governo vai encampar o que vai fazer, como de fato vai, com os demais de vinte mil funcionários, vai ter que fazer um concurso público, vai aumentar ônus do Estado, a despesa do Estado, vai aumentar o comprometimento da despesa de pessoal com a Receita Corrente Líquida, menores serão as possibilidades dos servidores do Estado de receber aumento salarial. Imaginem só vinte mil funcionários das concessionárias ingressando na folha de pagamento do Estado! Isso vai comprometer a Receita Corrente Líquida, vai aumentar o percentual de comprometimento, diminuindo as possibilidades para que os servidores públicos possam pleitear aumentos salariais. E esta verdade o Governo não coloca para o funcionalismo público.

Mas, vejamos na seqüência o artigo 16: um - deve o governo na mensagem, obviamente, estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício que deve entrar em vigor e nos dois subsequentes; dois - declarações do ordenamento da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. E segue ainda, no parágrafo primeiro: para o fim dessa lei complementar considera-se adequada com a lei orçamentária anual a despesa objeto de dotação orçamentária específica.

Vejamos só como o legislador é claro: dotação orçamentária específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

Dois - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentária. O governo simplesmente não cumpriu nenhum disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, não cumpriu o disposto na Lei 8987, que aliás teve a caneta forte e as letras garrafais do nobre deputado Neivo Beraldin, que foi o autor da Lei das Concessões, que eu o parabeno, porque realmente aquilo que o Estado tem obrigação de fazer ele deve fazer: Educação, Saúde, Segurança Pública. Mas, convenhamos, aquilo que o Estado pode terceirizar, que terceirize, às vezes é a solução economicamente mais viável e mais inteligente.

Mas realmente a indenização, e essa é a questão que se coloca, muito discutida nesta Casa, com relação à indenização conforme estabelece a Lei nº 8987, indenização prévia que alguns parlamentares se questionam; “mas essa indenização deveria ser fixada na lei que autoriza ou posteriormente”?

Para mim é cristalino, é claro, a lei autorizatória, todavia, no meu montante, deve acompanhar os seus respectivos cálculos do seu impacto financeiro e da origem dos recursos que suportarão essa despesa. São pré-requisitos essenciais para que o legislador estadual se manifeste de forma lúcida, consciente e responsável, e assim possa assumir com serenidade as conseqüências da autorização concedida. Claro, se a Lei nº 8987 fala em indenização prévia, se a Lei de Responsabilidade Fiscal fala da

LDO, do plano plurianual, da dotação orçamentária específica, claro que é condição única que o governo tivesse encaminhado a esta Casa, como muito bem já colocado aqui nesta tarde, teve seis meses para fazer os cálculos.

O deputado Augustinho Zucchi foi bem no seu pronunciamento ao afirmar que ele estava cansado de discutir na Assembléia Legislativa oito anos a encampação, mas ele não nos deu a oportunidade de fazer uma simples pergunta a ele: quanto vai custar a implantação? Por isso que estamos propondo para acabar com o custo no bolso do caminhoneiro, a encampação com o fim da cobrança do pedágio. Porque senão, é história para boi dormir.

Às vezes, senhor presidente, falamos e não conseguimos transmitir, por isso que temos que ser um pouco didáticos. A encampação, senhores, pressupõe, pressupõe para optar pela encampação à continuidade do serviço. O governador na sua mensagem quer a encampação para continuar cobrando o pedágio no Paraná. A Oposição, senhores, apóia a encampação desde que ela ponha fim à cobrança de pedágio no Paraná. Não acredito, senhor presidente, que um caminhoneiro que sabe quanto custa o litro de óleo, que sabe quanto custa o quilômetro rodado e o pneu, queria continuar pagando o pedágio no Paraná depois que a encampação estiver consolidada e concluída. Certamente essas pessoas não são caminhoneiros, e ainda, simplesmente, transferir a cobrança da iniciativa privada para o Poder Público! Tenho certeza que essas pessoas, ao entender essa posição, darão apoio incondicional à nossa proposta.

As propostas legislativas encaminhadas pela administração pública a esta Casa, não passam de mero pedido de outorga incondicional de carta branca para comprometimento das finanças públicas do estado do Paraná, que já foram devidamente ordenadas na Lei Orçamentária que está em vigor. A falta de consideração e de respeito do Poder Executivo estadual para com o Poder Legislativo chega às raias de um absurdo, senhor presidente, pedindo o aval legislativo sem qualquer informação quanto ao montante da dívida que pretende contrair decorrente da indenização pela encampação.

Realmente, a propósito, é de lembrar que as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/2000 no artigo 16, já transcritas relativamente em relação às concessões de serviço público, somente poderão ser dispensadas quando a licitação pública não importe em qualquer desembolso de recursos. Até mesmo os dispêndios relativos a projetos, estudos e etc, ainda que venham a ser ressarcidos pelo licitante vencedor, de qualquer licitação pública.

É o que diz a lei, não é o que diz o deputado Durval, deverão ser acompanhadas de respectivo estudo de impacto financeiro. É o que determina o artigo 124 parágrafo único da Lei nº 866.

As concessões de serviços públicos em que não há desembolso de recursos públicos, não estão submetidas às exigências desse artigo. Quando houver dispêndios referentes a projeto, estudos, investimentos, o estudo do

impacto deve ser elaborado mesmo diante de posterior ressarcimento por parte do vencedor do certame. E até as elementares despesas para realização de uma licitação, submete-se à apresentação de estudos de impacto financeiro, ainda que venham ser ressarcidas, quer dizer, de uma revogação unilateral, de uma concessão de serviço público, ato jurídico perfeito e acabado. Sobre o qual conclui a Comissão Parlamentar de Inquérito específica, não haver, não parar qualquer irregularidade.

Agora, a CPI, por favor, Dra. Lúcia, pega ali na minha mesa, as palavras do diretor do DER - Dr. Rogério Tissot. Quem disse que tudo estava perfeito não foi o deputado Durval Amaral, não foi nenhum parlamentar desta Casa. O que disse o diretor do Departamento de Estradas e Rodagem nomeado no dia 01/01 pelo Governador do Estado do Paraná? Ora! Pasmem os senhores! Sim, estão cumprindo dentro daquilo que foi pactuado, não tem muitas obras a serem realizadas e serviços a serem realizados.

Está sendo cumprido. Inclusive fizemos medições agora, aferição e constatamos que o que foi pactuado está sendo cumprido. Quando existe algum problema do não cumprimento, o que o DER faz? Ele mesmo se indaga - o DER notifica a empresa por não ter cumprido determinado serviço e a empresa realiza o serviço. Palavras, senhores, do senhor Rogério Tissot, estão nas notas taquigráficas da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Claro que o governo - e eu tenho isso por convicção, vai usar e está usando a encampação, como instrumento de pressão. E elogio aqui a sinceridade do líder do governo Ângelo Vanhoni. Só acredito assim em homem público, com sinceridade e com transparência. Esse instrumento por certo é valioso, por certo fará com que as concessionárias negociem, mas nós queremos mais, a Oposição avança, a Oposição agora pretende não só a encampação, mas realmente o fim do pedágio no nosso Estado. E nos causa espécie e preocupação as palavras ditas aqui pelo secretário Heron Arzua, deputado Cartário. Olha só o que eles disseram a maior autoridade do Estado do Paraná em finanças públicas no momento: ele diz "Heron Arzua, até posso responder, não tenho a menor idéia, estou do mesmo tamanho que V. Exa. respondendo ao deputado Plauto. Disse mais, respondendo ao deputado Jocelito - eu também não sei, eu não sei. Quando disse que não tinha dinheiro, estou me baseando no orçamento que V. Sas. aprovaram! O que tem no orçamento, o que tem nas despesas nos comprometimentos. Agora fatos novos como esses, de encampação que surgiram há dez ou quinze dias, é absolutamente impossível, não sei se nós vamos arranjar com o Governo Federal, colocando e transferindo problema para o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ou se a própria tarifa vai pagar o pedágio. Ou seja, continua o pedágio para pagar a indenização, para transferir recursos públicos então para a iniciativa privada. É essa a verdadeira intenção do Governo. Não! Afirma o secretário, não tenho a menor idéia, não posso responder. E segue mais o secretário das

Finanças do Paraná. O que estou dizendo - já irritado, obviamente - é que não está previsto e o senhor precisa perguntar para mim? Basta o senhor ver no orçamento o dinheiro que nós temos, os comprometimentos que nós temos, para ver que não dá para pagar o pedágio com dinheiro do orçamento público do Paraná!” São palavras do secretário Heron Arzua, homem de confiança extrema do nosso ilustre governador.

Mas então a pergunta que fica é - o valor da indenização ou mais do que isso, o impacto financeiro, estudo de impacto financeiro, a inclusão na LDO, a inclusão no Orçamento do Estado, o momento é agora, quando damos uma mensagem, quando damos uma autorização, ou o momento pode ser *a posteriori*. Ledo engano, senhores deputados! Não é verdade! Não existe previsão legal nesse sentido! As informações relativas ao montante das indenizações não devem preceder à manifestação deste Poder! Sobre a indenização, o Poder Executivo assim encaminhará todas as informações à Assembléia Legislativa! Equívoco, indução e erro da Assembléia Legislativa, não é verdade! Não existe previsão legal neste sentido, o Poder Legislativo, participa desse processo em um único momento, ou seja, exclusivamente quando aprova lei que autoriza encampação.

Portanto, nesta exata oportunidade, o momento é este e é único. Ou recebemos as informações agora ou teremos através da imprensa, quando consumada a encampação, já que a imprensa é um instrumento que tem a sociedade de defesa dos interesses de todos os cidadãos, porque a imprensa é guardiã da cidadania. E com toda certeza, se nós não tivermos a competência para buscar estas informações, a imprensa, guardiã do estado de direito se incumbirá de trazer estas informações a todos nós, parlamentares. Claro, ação posterior de fiscalização, esta ação sempre o Poder Legislativo terá e ninguém pode seqüestrar este direito que tem o Poder Legislativo, de fiscalizar.

Eu poderia continuar atacando a inconstitucionalidade, justa causa, motivação, interesse público. Tenho aqui o parecer colocado hoje na Comissão de Constituição e Justiça e pasmem os senhores, trouxe até algumas decisões do Superior Tribunal de Justiça. A justa causa, a motivação para o ato unilateral da encampação, ela tem que se aproximar de tal sorte da decisão do Poder Judiciário, se o governo não toma todas as cautelas, se o governo não estabelece o contraditório, se o governo não age com justa causa, defendendo o interesse público e não prova isto na sua argumentação, nós estaremos fadados a ter o pedágio de volta no Paraná. E, pior que isto, estaremos fadados a ter que indenizar, sem precedentes, transferindo novamente - digo isto para ser repetitivo - recursos públicos para a iniciativa privada. Por isto é que estamos, neste momento, colocando nossa posição. Claro, somos minoria. A encampação vai passar e terá, efetivamente nosso apoio. Mas, condiciono o apoio ao fim do pedágio neste Estado.

Quero rogar ao deputado Ângelo Vanhoni e aos demais deputados, porque não se trata de ser uma idéia da Situação ou da Oposição. Aprovelem nossas emendas, a emenda do deputado Rossoni, a emenda do deputado Durval, as emendas do deputado Elio Rusch, porque o governador terá ainda assim a prerrogativa de vetar essas emendas. Principalmente se ele avançar numa negociação. Vamos dar uma prova de que a encampação ou o fim do pedágio ou o fim das concessões no Paraná, não se trata de uma bandeira da Oposição ou da Situação. Vamos todos nós, juntos, dar uma resposta concreta à sociedade paranaense. Vamos aprovar, deputado Nereu Moura, a encampação. Mas, vamos aprovar também, o fim da cobrança do pedágio no nosso Estado.

Tenho certeza que se agirem os deputados da Situação, eu me comprometo publicamente de votar desde o projeto de lei que propõe a encampação. Se não for este o entendimento da Oposição, da Situação, claro que vamos fazer coro, fazer força para que a nossa emenda possa prevalecer. E aí, no mérito, amanhã, tomaremos a decisão. Mas, eu espero este diálogo, este entendimento, porque se trata de um projeto autorizatório e nós estamos, eu, o deputado Rossoni, o deputado Elio Rusch, dando condições para que o governo possa encampar, dando condições para que ele possa extinguir o pedágio, dando condições para que ele possa acabar com a cobrança da tarifa pública, nós estamos aumentando o leque de autorização para o governador. E ele poderá fazer mão ou não desses instrumentos que estamos delegando ao governo do Estado.

Por isto, pela constitucionalidade, obviamente, eu não encontro mecanismos de votar. Porque não é pelo fato de ser uma mensagem do governo que ela é constitucional. Se o governo tivesse tomando todas as cautelas devidas, com tranquilidade absoluta, votaria pela constitucionalidade. Entendo que ele falhou. Foi precipitado no envio da mensagem, por isto não teve tempo de analisar a matéria. E poderia. Imagine, são seis meses de governo, deputado Stica, poderia ter feito auditoria, poderia ter autuado, ter multado, ter notificado, ter denunciado as concessionárias, porque o contrato segundo o Governo, carece de legalidade, de caducidade, poderia ter feito mil e uma coisas e, eu perguntei da tribuna desta Casa e mais do que isso, fiz por escrito um pedido ao chefe da Casa Civil e ele teve a dignidade de me responder.

Perguntei: - Há sindicância, há processo administrativo? Quais são as Atas das reuniões feitas entre o Governo do Estado e as concessionárias? Quais foram as pessoas que participaram dessas reuniões. Quais eram os signatários dessas reuniões?

E com a sua sinceridade que é peculiar a esse governo, o ilustre chefe da Casa Civil me respondeu: Não, foram todas negociações informais, desprovidas de Atas, sindicâncias e processos administrativos.

Cabe lembrar, senhor presidente, que em Direito Público não existe informalidade, tudo tem que ser reduzido a termo, tudo tem que ser como a lei manda, e não

como o administrador quer, por que senão, ao invés do estado de direito, correríamos o risco de perpetuar o estado de arbitrariedade.

Agradeço a paciência de V. Exa. e dos demais colegas deputados de ouvirem atentamente meu pronunciamento, porque eu tenho certeza o único objetivo se realizará à implantação, que ela seja acompanhada com o Xô Pedágio, ou seja, com o fim da cobrança do pedágio no Estado do Paraná.

Não quero crer que parlamentares ou de Oposição ou de Situação tenham a coragem de votar contra o fim do pedágio no Paraná, que em última instância é que estamos propondo com a nossa emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador, deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente e senhores deputados, o argumento não precisa de muito tempo para ser esplanado, porque o Paraná tem pressa. Mas, eu não podia me furtar de dar o meu testemunho, porque algumas partes dessa história eu testemunhei pessoalmente.

O modelo de auto-sustentação de rodovias é necessário, a princípio qualquer engenheiro inteligente sabe que a morte e o medo não são bons passageiros e nem são boa carona, nem para caminhoneiros e nem para famílias de passeio pelas estradas nem para ninguém que vá e que volte entre Londrina e Curitiba, entre Foz do Iguaçu entre Paranaguá, entre qualquer destino de qualquer de nossas estradas.

A morte e o medo não são bons passageiros nem na carona; estradas não são armadilhas, mas também a exploração e a injustiça não são boa carona e estradas não são únicos ladrões.

Eu quero confessar à Assembléia que assisti à famosa reunião aonde o saudoso deputado Anibal Khury, presidente dessa Assembléia convenceu o então governador Jaime Lerner a reduzir pela metade a tarifa do pedágio das rodovias do Paraná. Muito assustado do governador tremia, ele ouviu o vaticínio do então guru da política do Paraná. Disse-lhe solene, Anibal: - Se não baixar pela metade o pedágio você perde a eleição. O povo não está contente com o preço. E tremendo, o Jaime Lerner decidiu baixar pela metade as tarifas.

Fiquei muito assustado, porque tinha sido prefeito de Curitiba e tinha aprendido que os preços ou eram ou não eram. Tinha sido, estado muitas vezes a decidir as tarifas de ônibus da nossa cidade em época de inflação. Sabia que nunca podia decidir para mais, porque quando decidisse para mais e o preço fosse injusto, porque naquele tempo tinha inflação e tínhamos que estimular na metade do mês o preço da tarifa. Se o preço fosse injusto para a cidade e bom para o povo, eu quebrava a Prefeitura e com isso ficava sem dinheiro para reajuste de funcionários e para obras públicas.

Quando decidia para mais, no sentido de ser bom para a Prefeitura e mau para o povo, quebrava o povo e abarrotava de dinheiro os cofres da Prefeitura.

Falo de antes do plano real, antes do meu amigo Recúpero. Não o Fernando Henrique, o Recúpero de resolver em boa hora fazer uma moeda instável para esse país. Daí o povo quebrava os tubos do Ligeirinho!

Na época, pensava que era o Roberto Requião. Depois descobri que eram os próprios donos das empresas de ônibus que mandavam quebrar os tubos do Ligeirinho e punham a culpa no Roberto Requião. Depois, descobri também que eram raposas que cuidavam do galinheiro.

Fui prefeito muito moço. Levei um certo tempo para descobrir quando as raposas cuidavam do galinheiro, como elas instrumentavam o povo. Mas nessa noite em que o Anibal pediu que o preço das tarifas de pedágio baixassem pela metade, fiquei muito assustado; com tamanha rapidez o então governador Jaime Lerner, mesmo que tremendo, concordou.

O Paraná se assustou com isso e se assustou ainda mais quando reeleito governador esses preços voltaram. E voltaram majorados, duplicados e com o ritmo de obras retardado!

Houve uma disputa judicial com as empreiteiras e o modelo que é bom, no meu ponto de vista de engenheiro, o modelo de auto-sustentação de rodovias, à maneira do que fizeram Itália, França e a também China Popular na sua república comunista e muitos países do mundo, aqui no Paraná ficou desmoralizado.

Deputado Durval Amaral, parece que V. Exa. ao propor extinção do pedágio com oito anos de atraso da Lei Neivo Beraldin, que nesta Casa foi aprovada, com cinco anos de atraso do encontro de Anibal Khury e Jaime Lerner, que deu a reeleição ao nosso ex-governador. Age mais no sabor de uma demagogia pós-eleitoral e neo-oposicionista, do que no interesse do Paraná!

O que precisamos é buscar o ponto do equilíbrio. Desde onde somos nós e até onde é o interesse do povo. Desde onde é o que interessa realmente ao povo e até onde o que é justo se pagar aos empresários.

A mensagem do governador Requião diz tudo em poucas linhas, porque a verdade não precisa de 30 minutos para ser expressa. Precisa às vezes de 30 linhas para ser expressa.

Como foi estruturado o programa de concessão de rodovias do Paraná mostra-se inviável. A tarifa é muito cara, e é muito cara porque a operação do sistema envolve custos incompatíveis com o caráter público do serviço, porque o volume de tráfego existente na maior extensão do anel de integração não se coaduna com o pedagiamento e porque a concessionária assumiu a operação sem o aporte dos capitais compatíveis com o volume de investimentos previstos e contratados.

Com isso, a concessionária somente pode cumprir o cronograma de obras mediante captação de recursos junto ao mercado financeiro, os encargos desses financia-

mentos oneram pesadamente os seus custos, somem-se aos juros as elevadas despesas operacionais, os impostos, as demais contribuições e tudo isso se repassa diretamente ao usuário por meio da tarifa. As tarifas cobradas pela concessionária como foi o caso daquelas que foram reajustadas em dezembro de 2002, não são discutidas com a comunidade e nem com o poder concedente e tão pouco são compatíveis com a realidade local, tidas como abusivas por recente pesquisa de instituto especializado.

A situação assume contornos ainda piores ao considerarmos com poucas exceções o denominado anel de integração que não disponibiliza alternativa viável para o usuário, senão o de ir e vir por estrada pedagiada, ou paga-se ou não se trafega. A situação hoje é de verdadeiro caos jurídico-processual, tendo se instaurado em ambiente de manifesta instabilidade jurídica e social a exigir, como se pretende solução, que vise o resgate e a preservação do interesse público.

Pede o governador do Estado que a Assembléia lhe devolva o direito que lhe é dever, de defender o interesse público! Pede-nos Roberto Requião o direito de defender o interesse público! Não há inconstitucionalidade quando um governador pede a uma Assembléia Legislativa o direito de defesa do interesse público! Não há inconstitucionalidade quando alguém que jurou defender a nossa Constituição pede o direito de defender o povo, que é a própria encarnação da Constituição no seu direito de ir e vir, sem que lhe pese cangalha sobre os ombros.

Por isso, vamos votar para dar ao governador o direito e a força de negociar com as empresas concessionárias. Não queremos o conflito, esperamos o diálogo, defendemos os serviços.

É bom ver a ambulância na hora da cerração; é bom ver a estrada aplainada; é bom ver os olhos-de-gato à beira do precipício; é bom ver as placas sinalizadas brilhando na escuridão; é bom que a morte não pegue carona com os nossos companheiros, mas é importante que a estrada, não sendo endereço de morte e de armadilha, também não seja armadilha para economia e também não seja burrico ladrão!

É importante que a estrada tenha tarifas justas para uma economia próspera; para um Paraná que sonhamos, próspero e livre, num tempo que há de vir, se Deus quiser, dê a este Estado os foros de uma Europa social democrata, como é por exemplo a Itália dos nossos avós, a França dos nossos avós. Como é, por exemplo, qualquer sociedade democrática, aonde nos dizia ontem, um embaixador italiano, os lucros das concessionárias não ultrapassam 8%. Aqui chegam a 23%!

Por isso, vamos votar com o senhor governador.
Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo orador, deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Primeiro, os senhores parlamentares me conhecem, sou um homem muito verdadeiro. E por ser verdadeiro, vou iniciar aqui o meu encaminhamento pelo fim, porque não trataria desta questão, mas me obrigo, senhor presidente, porque ouvi lá do outro lado, o meu caro e ilustre amigo Rafael Greca dizer, “a carapuça serviu, deputado Rafael Greca”, de que a minha emenda para a extinção do pedágio ou para a encampação e a não cobrança do meu colega, eminente deputado Durval Amaral, é uma emenda pós eleitoral. Uma emenda oportunista. Pelo menos foi o que eu entendi.

É claro, deputado Rafael Greca, que eu, deputado Rossoni não vou responder na mesma altura. V. Exa., sabe e eu sei o nível cultural que V. Exa. tem. Um homem nascido na capital do Estado e aqui um simples cidadão, nascido no interior, e que veio aqui ocupar um espaço para ter a oportunidade de exercitar aqui o seu dever como parlamentar.

Mas, quero dizer-lhe que, se alguém errou neste episódio mais do que o deputado Rossoni, mais do que o deputado Durval Amaral, mais do que o deputado Elio Rusch, mais do que os outros parlamentares que hoje nos acompanham, que estão nos gabinetes, certamente quem errou foi V. Exa.

O senhor, ao invés de ter feito a crítica à minha emenda, que se nós formos fazer uma pesquisa popular eu não tenho dúvida de que a minha emenda ganha da emenda do projeto de lei encaminhado pelo governo aqui, de encampar para a cobrança do pedágio.

Não tenho nenhuma dúvida, deputado Rafael Greca, se tiver uma pesquisa, a minha tem o apoio popular neste Estado.

Mas, não posso deixar passar em branco, neste momento, e tenho certeza que, se um “pé vermelho” lá do Sul do Paraná estivesse sentado aqui na tribuna de honra, ou nas galerias e visse o deputado Rafael Greca do outro lado, certamente ele estaria decepcionado porque ele aprendeu a ver o deputado Rafael Greca do outro lado da trincheira, combatendo o bom combate.

E é importante que se digam, e aqui cabe também ao ex-secretário deputado Nelson Justus, não concordo com uma palavra que o deputado Nelson Justus, por mais que eu preze este meu amigo parlamentar, quando diz que aqui esta Casa não foi debatido exaustivamente e que esperava mais nesta Casa. Ora meus amigos! São dois secretários do governo Jaime Lerner se contradizendo aqui, e eu tenho que ouvir, me obrigo a ouvir! Teria alguém mais em condições de contribuir para esta Casa e para o debate deste projeto que hoje é encaminhado pelo governo do que o secretário Nelson Justus e do que o deputado Rafael Greca?

Esta brilhante idéia que nós vamos votar e inclusive estamos emendando para melhorar o projeto do governo. Nós não estamos nos posicionando contra! Essa brilhante idéia poderia ter surgido dentro da Casa Civil, quando o chefe da Casa Civil era o deputado Rafael Greca e poderíamos ter já tomado essa atitude. Certa-

mente o mundo virou no avesso. Nós não estamos mais falando a mesma língua certamente o pronunciamento do deputado Rafael Greca hoje, eu tenho, por obrigação de lealdade, pela amizade que tenho com ele, que dizer o seguinte: se há alguém culpado dessa questão, é o deputado Rafael Greca, porque quando ele era chefe da Casa Civil, estava todas as horas junto com o governador Jaime Lerner e nós aqui, leais ao governo, cumpríamos o que era decidido politicamente, é claro que junto ao líder do Governo.

Essa é a grande verdade!

Então, meu caro deputado Rafael Greca, a minha emenda não é oportunista. Ela vem em cima da verdade. Eu, quando falei aqui no começo, que as galerias estavam cheias, eu poderia ter dito que eu era favorável à extinção do pedágio.

O Sr. Rafael Greca

Permita-me um aparte, deputado Rossoni.

Só para lhe dizer que eu não era chefe da Casa Civil.

Eu, na época da decisão do senhor governador de reduzir o pedágio pela metade, estava fora do governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas assistiu.

O Sr. Rafael Greca

Assisti. Assisti porque o Anibal Khury me chamou ao Palácio.

O SR. VALDIR ROSSONI

V. Exa. era secretário do quê, então?

O Sr. Rafael Greca

Eu não era nada. Eu era o Rafael Greca, como sempre acontece nas vésperas das eleições.

E em segundo aparte. V. Exa. que é nascido em União da Vitória, deve ter lido o meu poema sobre o Rio Iguaçu: “você pode olhar diversas vezes o mesmo rio, nunca é a mesma água que você vê”.

O Sr. Durval Amaral

Deputado Rossoni, é que tem uma pequena diferença entre rio e caráter. Isso faz a diferença.

O Sr. Rafael Greca

Ah, não! O meu caráter nunca mudou, mas não se pode dizer a mesma coisa de alguns meus ex-companheiros!

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero dizer ao deputado Rafael que estou aqui simplesmente me defendendo do seu posicionamento quanto à minha emenda e tenho o dever de fazê-lo.

Senhores deputados, tenho ainda vinte e dois minutos para encaminhar esta votação e por isso quero

ter toda a cautela para encaminhar algumas questões e jamais gostaria de ter falado do meu amigo, deputado Rafael Greca. Gostaria de ter encaminhado algumas contradições, alguns questionamentos que nós temos que responder.

O governador Jaime Lerner ganhou uma eleição baixando o pedágio em 50%. É verdade ou não é verdade, deputado? Pelo menos é o que dizem! O governador Requião ganhou uma eleição prometendo terminar com o pedágio! É verdade ou não é verdade? Estou falando com a verdade? Não estou faltando com a verdade.

Mas veja a má vontade do governador. E tenho certeza que nos bastidores o Requião não quer, na verdade, que seja aprovado isso aqui. Acho que a Bancada não respeitou o governador Requião. O governador encaminhou esse projeto de lei à Casa, no final do período, deputado Durval Amaral.

Ele fez a conta, e achando que iria ser respeitado o Regimento Interno desta Casa, que não iria ser transformada em Comissão Geral, ficaria para o segundo semestre. A grande verdade, quero dizer aos senhores, duvido que o governador encampe qualquer praça de pedágio! Se por uma eventualidade ele encampar as praças de pedágio, vou voltar a esta tribuna e cumprimentar o governador Requião e dizer-lhe que errei.

A grande verdade, deputado Dobrandino, o governador, astuto como é, deve ter lido o livro de Maquiavel mais ou menos cento e cinquenta vezes, adotou a prática de mandar para esta Casa. Ele sabe o que disse na campanha. Daqui a pouco vamos ter que trazer aqui o vídeo de debate da campanha do governador. Aqui está um diz-que-não-diz-que; ninguém entende. Ele disse que iria extinguir.

Não estou fazendo a minha emenda oportunista. Estou dizendo ao governador Requião, que está aqui a oportunidade de o senhor cumprir a sua palavra. Que bom se eu tivesse essa oportunidade, se eu fosse o governador e, certamente, eu estaria cumprindo essa palavra. Ele não quer encampar! Ele não quer extinguir. Ele não quer nada. Ele quer abaixar o pedágio para dar uma satisfação à população, que ele falou no vídeo, na televisão, ao povo paranaense. Ele não está encontrando essa maneira. Ele achou que iria para esta Casa e encontraria uma justificativa, deputado Durval Amaral. Que nós, deputados da Oposição, não seríamos contrários. Os deputados independente também se somariam a nós e mais alguns descontentes - segundo o que falam nos corredores, que ele não atende ninguém mesmo - se somariam a nós e usariam desse governo, para fazer com que atendesse corretamente aos deputados do governo. “Caiu do cavalo”, porque se somaram os deputados do governo, somaram-se os deputados independentes, somaram-se os deputados da Oposição e vamos dar a ele o cheque em branco.

Quero dizer mais, fazendo uma proposta ao líder do Governo, que está dando uma entrevista para a televi-

são. Vou fazer a minha proposta, quando ele terminar a sua entrevista, que é oportuna.

Os senhores vejam o seguinte, o ilustre líder do Governo disse, aqui, da tribuna, que o governo vai fazer agora um amplo estudo, deputado Durval Amaral, uma planilha para saber quanto se paga, quanto se gasta e quanto precisa se cobrar.

Pergunto-lhe, se V. Exa. fosse governador, em seis meses no governo, com todos os recursos disponíveis do mundo, não daria para fazer esse levantamento?

Acho que até a minha pequena Prefeitura de Bituruna, da minha terrinha, de 15 mil habitantes teria feito esse levantamento com eficiência!

Não precisava nem ser o governo do Paraná;

Por isso, volto a dizer que o governador está usando muito bem Maquiavel. Nós temos que ser mais inteligentes do que ele ou vamos autorizá-lo.

Ilustre líder do governo, Vanhoni, V. Exa. tem tido um tratamento para conosco, deputados de Oposição, muito respeitoso e quero reconhecer aqui, de público, a forma como V. Exa. tem tratado, com lucidez, tranqüilidade, com um tratamento cordial à minoria desta Casa, mas veja se de repente chegarmos num acordo, poderemos votar isto rapidamente, senão, vamos aqui madruguar novamente, porque nós temos agora o encaminhamento da votação do projeto, depois o encaminhamento das emendas, isto no primeiro projeto, depois tem o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto e o sexto, mas eu faço uma proposta a V. Exa. e eu acredito que os meus caros colegas, conversei com o meu líder Durval Amaral e eles aceitam, se nós vamos dar um cheque em branco, porque não darmos dois ou três? A nossa emenda é autorizatória. Ou o governador sanciona, se quiser, ou senão veta, e nós encerramos esse episódio, porque ninguém é contra.

Se V. Exa. aceitar a nossa emenda, tanto a minha quanto a do Durval, eu abro mão da minha ou o Durval abre mão da dele - a do Durval diz encampar sem cobrar pedágio - a minha é a extinção do pedágio, e aí aprovamos, fazemos uma emenda substitutiva aonde colocamos o projeto inicial do governo com a nossa emenda, elaboramos uma emenda substitutiva em comum acordo de lideranças, aprovamos, e o governador não terá um cheque em branco; terá três. Essa é a nossa proposta. Não adianta querermos aqui dizer que o governador não encampou porque não tinha os cálculos ou porque não foi aprovado pela Assembléia.

Na verdade, é o seguinte: não vai ser encampado nada, até se tiver alguém aí das concessionárias quero dizer a eles, podem ficar tranqüilos, não vai ser encampado, porque se for, eu voltarei à tribuna para me retratar, mas o Requião não vai encampar, todos nós sabemos. Ele não queria que fosse votado. Vocês foram, V. Exas. foram indisciplinados com o líder, e agora está criada a situação, vejam o problema.

Estão, as praças de pedágio hoje ocupadas pelo MST. Por isso, deputado Durval Amaral, que me justifico com V. Exa., votei pela transformação de Comissão

Geral, porque, se nós não aprovássemos hoje esse projeto, o que aconteceria? No dia de amanhã a baderna continua e os culpados seremos nós. Daqui a pouco os pneus que estão faltando nas viaturas lá em Londrina, é culpa do Durval Amaral que é ex-líder do Governo.

Na verdade, nós não queremos dar oportunidade ao ilustre governador, porque ele terá todas as ferramentas que precisa para demolir as praças de pedágio. Agora, se não demolir, como ele disse na televisão, eu trarei aqui um vídeo, colocarei, o senador, à época, hoje governador, falando o que disse, e no dia da inauguração do pedágio da Lapa, nós vamos mandar confeccionar um bolo com a maquete do pedágio da Lapa e vamos comemorar na frente do Palácio Iguaçu, porque quando um homem público fala perante o seu povo, tem que honrar a sua palavra.

Às vezes, e é por isso que eu quero justificar aqui, muitas vezes nesta Casa fui vaiado - eu sempre digo para os colegas aqui, outro dia teve uma vaia por causa do curso de Medicina em cima de alguns deputados, estavam tremendo, eu tenho mais horas de vaia do que todos juntos - eu acho que só o Durval Amaral pode competir comigo, mas sempre em cima de uma posição clara, firme, nunca ninguém teve dúvida da posição do deputado Rossoni, em qualquer situação. Todos já sabiam antecipadamente o que o deputado Rossoni pensava. Eu gostaria, naturalmente não tenho esse poder, de dar a oportunidade, se assim o desejar, ao deputado Ângelo Vanhoni para que se pronunciasse, não aceita a nossa proposta ou aceita. Olha, a nossa proposta é a mais democrática possível!

Eu até não entendo porque tem aqui algumas pessoas que vão, que aplaudem, só que tem o seguinte: - nós só queremos melhorar o que o Requião está pedindo. Se tivéssemos aqui querendo votar contra, não há motivo, até porque algumas figuras sempre são as mesmas, não sei, até precisamos fazer um requerimento aí, de repente aqueles 700 cargos que o governador Lerner criou, não é, deputado Rafael Greca, e que não deveria ter criado, que o Requião deveria ter extinguido e não extinguiu, está usando esses cargos! Veja como as contradições vêm. E aí nós poderíamos, de repente, resolver esse problema, de uma vez por todas. Senão, nós vamos ter que inaugurar o posto de pedágio da Lapa!

Deputado Vanhoni me acompanha, na frente do Palácio Iguaçu, para comer o bolo, um bolo muito bem confeccionado, com a maquete do pedágio da Lapa. E, diga-se de passagem, um prefeito do PMDB que fez um abaixo-assinado, e mais ainda, deputado Vanhoni, por isso que eu disse que o mundo está virando do avesso, eu não estou mais conseguindo compreender, eu ouvia, no Senado da República, alguns senadores se manifestando, quando o próprio governo Lula está preparando o pano de concessões, de concessões para rodovias, no Brasil!

Outra questão meu caro deputado líder do Governo, o diretor, tem algumas pessoas aqui largando alguns boatos, algumas conversinhas que não deveriam

ser de deputados, sobre o relatório da CPI do pedágio; enfrente isso de frente! O senhor sabe o que o diretor do DER do governo Requião disse sobre o pedágio? O Rogério Tissot foi perguntado por um parlamentar - eu não estava nesse dia, fui falho - da CPI, que disse: - "O senhor, como diretor do DER encontrou alguma irregularidade no pedágio?" Estão aí as notas taquigráficas na nossa mesa. - "Não há nenhuma irregularidade no pedágio." E ainda acrescentou que para baixar o custo do pedágio só existia uma maneira, reduzir obras.

Então nós vamos votar favorável ao governador Requião. Estamos apresentando uma proposta muito melhor do que a do Requião; não é encampar, é extinguir, que voltem as estradas para o governo federal! Vamos devolvê-las para o governo federal! Foi uma das coisas que, nos bastidores, eu sempre disse: - "Pega este abacaxi e devolve para o governo federal." Este foi o grande erro do governador Jaime Lerner, assumir uma responsabilidade que era do governo federal.

Olhem, meus senhores, nós temos a 153, o trecho Lapa-São Mateus, União da Vitória até a divisa com Santa Catarina. Nós temos lá a ponte sobre o Rio Iguaçu, em União da Vitória, que está lá há dois anos e agora virou ponto de assalto, sabem por quê? Porque os caminhões e os veículos fazem quilômetros, porque é uma ponte de uns três, dois quilômetros, acredito, não tenho aqui o número exato, e a ponte está abandonada! E agora, o que se faz com isso? Quem está sofrendo, na verdade, é o povo!

Então, para encerrar o meu pronunciamento, pelo que estou vendo o deputado Vanhoni não quer um aparte para nos dar uma resposta sobre esta proposta que nós, da Oposição, estamos fazendo. Eu, como líder do Governo, aqui, muitas vezes acatei propostas da Oposição, foram amplas negociações e muitas vezes me curvei a propostas muito melhor elaboradas do que a do próprio governo ou do que a própria Liderança do Governo.

Mas, como o Governo não quer, nós vamos dar continuidade à Sessão, sempre dizendo aqui ao povo paranaense, nós queremos melhorar o projeto que veio do governo, porque ele, na verdade, quer encampar para continuar cobrando pedágio. Vocês vejam a responsabilidade, encampa, vamos trabalhar com a hipótese, porque não existe essa hipótese, que bom que amanhã encampasse, encampa e quanto tempo leva para licitar os trechos que têm que ser recuperados? Na verdade, o Requião tem um pecado nesta questão muito grave, porque desde a eleição as concessionárias na verdade não investiram mais nada nas rodovias, porque eles vêm recebendo ameaças todos os dias. E eles fizeram o quê? Vamos arrecadar, arrecadar e vamos deixar para ver o que o Requião vai fazer. Se ele tivesse tomado essa medida de encaminhar esse projeto, que foi o compromisso dele, de campanha, convocasse a Assembléia no primeiro dia de governo, no segundo dia de governo nós aprovássemos o projeto, não estaríamos enfrentando esse problema que

estamos enfrentando hoje. Então, na verdade, existem grandes culpados.

Quero que o deputado Rafael Greca me compreenda, quero que os deputados que apoiam o Governo entendam que estamos usando a tribuna, todo o espaço que é conferido pelo Regimento, para tentarmos convencê-los de que é muito melhor fazermos o que o Requião disse na campanha do que o projeto de lei que ele mandou para esta Casa. Vamos acabar com o pedágio, apesar de seis meses de atraso.

Era esse, senhores parlamentares, o meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputado José Maria Ferreira, está retirando a inscrição?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sim, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Então, fica também prejudicada a inscrição do deputado Ribas Carli, já que é um a favor e um contra.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Mas o presidente decidiu que um falasse a favor e um contra. Mas enquanto tiverem oradores inscritos, será assegurado ao orador tantos quantos queiram falar. Isso na 1ª Discussão. Isso é regimental.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O presidente Hermas Brandão deixou clara a interpretação correta do Regimento Interno. V. Exa. naturalmente está verificando aí o artigo. Um sim e um contra. O deputado José Maria retirando a falação, naturalmente fica prejudicado o encaminhamento do deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

Artigo 133 do Regimento prevê, que qualquer deputado pode discutir por um prazo de 30 minutos. Não faça em alternância de favor ou de contra.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

"Artigo 149 - os deputados que desejarem falar numa discussão, inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia. Parágrafo 1º - Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente a favor e contra."

O SR. ELIO RUSCH

Tudo bem, mas se não tiver outros contra.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Ilustre presidente, eu não posso ficar ao sabor da vontade de deputado defender ou não defender. Eu me

inscrevi para falar. V. Exa. não pode tolher um direito democrático do meu exercício na tribuna.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Mas é o Regimento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

O artigo 153, só legisla sobre os trinta minutos, que o deputado, pela ordem alternada, pode falar.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)

Eu não posso imaginar que ao me inscrever, o deputado que estava inscrito anteriormente a mim ia abdicar de falar. Então, eu quero que o nobre presidente defina essa questão de ordem, no sentido de que cumpramos o Regimento. Eu acredito até que o deputado José Maria Ferreira também fará uso da tribuna.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

O artigo 149, parágrafo 1º define, e o presidente tem que cumprir o Regimento Interno da Casa.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Presidente Natálio Stica, nós, aqui na Assembléia, já em outras legislaturas, em outras Sessões, travamos mais debates. O caso Copel nós ficamos discutindo vinte e quatro horas ininterruptas, e só oradores de um lado falando, e foi cumprido regimentalmente para que cada deputado pudesse se manifestar. Não é possível agora que nós vamos tolher a liberdade, a expressão de um deputado que queira se manifestar, se não existe mais ninguém que queira falar contra. Vão falar só os a favor ou só os contras. O artigo 156, 157 está claro: É permitido a qualquer deputado requerer o encerramento ou a discussão observada as seguintes regras: inciso 1º, na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutido em Sessão anterior". Não houve Sessão anterior, todos os deputados podem falar.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado Elio, esta Presidência vai acatar o seu pedido já que falta o deputado Ribas Carli que é um exímio orador, nós vamos ouvi-lo por trinta minutos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, mas aí se for nessas condições, me permite o deputado Fernando Ribas Carli, eu faço uso da palavra.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)

Com o maior prazer e satisfação, ouço o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu sei que é longo o período desta Sessão, mas como dis-

seram outros oradores, o assunto é palpitante e merece a manifestação de todos aqueles que tenham interesse de se manifestar.

O deputado Durval Amaral hoje na CCJ fez um externo relatório sobre legalidade, sobre constitucionalidade; o deputado Ângelo Vanhoni, quando usando o horário da Liderança do Governo, usou do Expediente e fez uma retratação do que foi o pedágio a partir da sua implantação, as suas conseqüências legais, e aquelas inerências políticas ocorridas nesse período.

Hoje, como disse o deputado Nelson Justus, nós estamos vivendo aqui talvez o momento mais importante deste primeiro semestre legislativo, e nós não poderíamos deixar de manifestar o nosso posicionamento em relação a alguns assuntos aqui abordados, especialmente porque continuamos com a mesma coerência, deputado Dobrandino da Silva, coerência que nos colocou em oposição ao custo do pedágio, a forma de implantação e a falta de transparência com que governou, com que agiu o governo passado com relação ao programa de pedagiamento das estradas, e outros, como do setor automobilístico, e aí por diante.

Mas, o deputado Durval Amaral, o deputado Valdir Rossoni, nas suas falas, questionaram a questão da legalidade.

Ora, não estamos dando nenhum cheque em branco ao governador Roberto Requião, não! Estaríamos dando, sim, se abdicássemos de fazer a fiscalização, se abdicássemos de acompanhar o processo, doravante.

O deputado Durval Amaral disse: nenhuma ação pode, em momento posterior, se definida por esta Assembléia. O momento de autorização está sendo agora. E ao momento em que dermos a autorização ao Executivo, não estamos abdicando do processo de acompanhamento. Este processo vai continuar. O governo terá que cumprir as obrigações legais. Não somos nós, com um projeto de autorização que vamos jogar no lixo todo processo legal existente. Não é como chegar numa tela do computador, deputado Plauto, deletar a tela e acabam as informações ou a exigência daquele texto. Não! A 8987 está aí! E o governo será obrigado a cumprir.

Então, esta história de que estamos dando um cheque em branco ao governador, eu não engulo! Estamos dando, sim, é o instrumento para que o governo possa, em primeira mão, conhecer as entranhas das ações das empresas concessionárias. Por quê? Porque faltou transparência nos contratos, porque os contratos não defenderam o interesse público, porque os contratos firmados pelo governo anterior não possibilitaram que a sociedade e esta Casa pudessem acompanhar aquilo que estava acontecendo nas concessionárias! E dizer que esta Casa também é responsável pelos contratos, é balela, senhor presidente! Nós demos foi uma autorização para o serviço de concessão, não para que o governo fizesse os contratos fora do interesse público, escamoteando a legislação e escamoteando o direito de fiscalização da sociedade e desta Casa.

Então, não é nenhum cheque em branco - nem que demos no passado e não estamos dando hoje. E, sim, passa a ser um cheque em branco se a maioria desta Casa inviabilizar a fiscalização pelo bloqueio de informações. Se o governo, o Executivo, bombardear e não der as explicações a esta Casa quando solicitadas, como aconteceu no passado, então, deputado Durval Amaral, deputado Plauto, não são cheques em branco; é uma autorização, apenas, que esta Casa dá ao governo para que ele possa fazer seus primeiros passos para conhecer as informações que estão nas contabilidades.

A lei abordada e defendida, usada como escudo pelo deputado Durval Amaral, a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 não é exigência neste momento. O passo seguinte do Executivo é encaminhar a esta Casa uma lei que mostre de onde vai retirar os recursos para subsidiar o pagamento da possível indenização prevista na Lei 8987 e depois mostrar de onde vem a receita.

É aí que haveremos de estar cumprindo o que determinam os artigos 15, 16 e 17 da Lei 101. O secretário Heron Arzua disse com muita clareza, que não tínhamos, antes, das contas do governo, disse que não sabe de onde vai tirar, que não tem ainda definição, que não participou do processo de encampação ou de ações para encampação do pedágio. Mas é claro, a questão está na ordem jurídica, a questão Promotoria Geral do Estado, da Casa Civil da Secretaria do Governo. Não é este momento ainda, nem da comissão, nem da Secretaria do Planejamento, que é a gestora do orçamento, e nem da Secretaria das Finanças. Então, não existe nenhum visgo de ilegalidade, nem um visgo de arranhar o processo constitucional. O que está fazendo o Governo é recuperando algo que, ao longo do tempo, este Estado perdeu, que foi o conhecimento das ações de Governo.

Portanto, voto como sempre votei, tranquilo, e de forma coerente. Não preguei nunca o fim do pedágio, porque os próprios interessados, os setores produtivos reconhecem os setores responsáveis, que o Estado não tem como financiar a conservação, a manutenção e a melhoria das nossas estradas. Mas, que pagando um preço módico, aliás, deputado Durval Amaral, é um dos princípios da Lei 8666, o preço para exploração do pedágio ou de qualquer serviço público.

É sobre isso que estarei votando. Estarei votando para que o Governo possa estabelecer o entendimento e a negociação e nessa negociação esteja este reduzido o custo do pedágio, porque só assim estaremos valorizando o setor produtivo, dando a ele condições de usar uma estrada, meios de transporte, que permitam ao Estado do Paraná, uma concorrência equitativa com os demais Estados.

Posso citar aqui a Ocepar, Faep, Fetaep e AMPC, tantos outros que foram favoráveis à manutenção do pedágio, mas sempre, contrário ao esbúlio. O esbúlio é que nós não concordamos e é em nome do esbúlio, que hoje voto contra e voto favorável à autorização governamental para que ele inicie o processo de encampação.

Senhor presidente, por isso não vou usar mais o tempo, mas é só para deixar aqui a afirmação que o processo é correto. O processo seguinte, todo ele vai decorrer lá atrás e esta Assembléia vai continuar ainda ativa no processo dos seus instrumentos de fiscalização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Há um requerimento sobre a Mesa do deputado Ângelo Vanhoni e diversos outros deputados.

(**Lê Requerimento**)

Em votação. Os deputados que aprovam. **Aprovado.**

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

Para agilizar os trabalhos e no sentido de que nós possamos juntos irmos comemorar o aniversário, ilustre deputado Nereu Moura, abdicar do direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está em votação o projeto.

Os deputados que aprovam, permanecem como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Peço aos senhores deputados que permaneçam em seus lugares para verificação de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Tendo em vista que já há quórum, retiro a chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Solicito aos senhores deputados que tomem assento, para verificação de votação, 37 (trinta e sete) votam SIM. Os contrários, queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Em virtude da flagrante inconstitucionalidade, no nosso entendimento, os deputados Durval Amaral, Elio Rusch, Plauto Miró, Valdir Rossoni e Fernando Ribas Carli, se absterem de votar.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

37 (trinta e sete) SIM e 6 (seis) abstenções. Está **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2003. Fica o Poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato nº 072/97 para exploração do lote nº 02, do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. SEM PARECER. (Publ. no DA nº 048/2003, de 16.06.2003).

Solicito ao deputado Delegado Bradock, que faça a leitura do Parecer sobre as Comissões de Finanças, Obras Públicas e Transporte e Comunicações.

O DELEGADO BRADOCK

Senhor presidente, eu vou ler o intróito, porque os pareceres das demais mensagens são todas parecidas.

Lerei só o começo e o fim.

(Lê):

“PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 337/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 015/2003, o projeto de lei em pauta “autoriza o Poder Executivo a promover à encampação da concessão objeto do Contrato nº 072/97 para exploração do Lote nº 02 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das Leis nº 8.987/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previsto no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei”.

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder ao desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto de levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no Governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamado este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em discussão o parecer. Aprovado.

Em discussão o projeto. Em votação. Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

44 (quarenta e quatro) deputados aprovam.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, para registrar a abstenção dos deputados Elio Rusch, Durval Amaral, Plauto Miró, Fer-

nando Ribas Carli e Valdir Rossoni, em razão da flagrante inconstitucionalidade da mensagem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a posição de V. Exas.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2003. Fica o poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato n 073/97, para exploração do lote número 03 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. SEM PARECER. (**Publ. no DA. nº 048/2033, de 16/06/2003**).

Solicito ao deputado Bradock que faça a leitura dos pareceres.

O SR. DELEGADO BRADOCK

(**Procede à leitura do Parecer ao Projeto de Lei nº 338/2003**).

“PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 338/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 014/2003, o projeto de lei em pauta “autoriza o Poder Executivo a promover à encampação da concessão objeto do Contrato nº 073/97 para exploração do Lote nº 03 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das Leis nº 8.987/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previsto no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei”.

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente

autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder ao desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto de levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no Governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamado este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão o parecer formulado pelo deputado Bradock.

Encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Solicito a chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a chamada nominal. Solicito ao deputado Nereu Moura, 1º secretário da Casa, fazer a chamada nominal.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, retiro a chamada nominal, atendendo um apelo do deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer. **Aprovado.**

Em votação o projeto.

Em discussão o Projeto de Lei nº 338/2003, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 016/2003, item 06 da pauta.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a chamada nominal. Solicito ao deputado Nereu Moura que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

51 senhores deputados presentes.

Os que aprovam o projeto, queiram levantar-se. 46 senhores parlamentares aprovam.

Aprovado, com a abstenção dos votos dos deputados: Valdir Rossoni, Plauto Miró, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch e Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Em função da flagrante inconstitucionalidade e sem prejuízo do mérito que será apreciado no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será registrado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Justificar**)

Gostaria de deixar bem claro de que estamos votando a constitucionalidade. Na hora do mérito teremos outra posição. Votaremos favorável. Seremos favorável às nossas emendas e ao projeto do governo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/2003. Fica o poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato nº 074/97, para exploração do lote número 04 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. SEM PARECER. (**Publ. no DA. nº 048/2003, de 16/06/2003**).

Para relatar, o deputado Bradock.

O SR. DELEGADO BRADOCK

(**Lê parecer**):

“PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 339/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 017/2003, o projeto de lei em pauta “autoriza o Poder Executivo a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 074/97 para exploração do Lote nº 04 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das Leis nº 8.987/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previsto no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei”.

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder ao desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto de levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no Governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamado este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Discussão ao parecer.

Em votação.

Aprovado, com abstenção dos deputados: Durval Amaral, Plauto Miró, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli e Elio Rusch.

O SR. DURVAL AMARAL

Sem prejuízo do mérito em função da inconstitucionalidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Devidamente registrado.

1ª Discussão do Projeto de Lei nº 339/2003, Mensagem nº 017/2003.

Em discussão o projeto.

Em votação.

Aprovado, com abstenção dos deputados: Durval Amaral, Valdir Rossoni, Plauto Miró, Fernando Ribas Carli, Ademar Traiano e Elio Rusch.

O SR. DURVAL AMARAL

Em função da inconstitucionalidade sem prejuízo do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2003. Fica o poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato nº 075/97, para explora-

ção do lote número 06 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. SEM PARECER. (**Publ. no DA. nº 048/2003, de 16/06/2003**).

Solicito ao deputado Bradock que faça a leitura dos pareceres.

O SR. DELEGADO BRADOCK

(**Lê parecer**)

“PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 340/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 018/2003, o projeto de lei em pauta “autoriza o Poder Executivo a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 075/97 para exploração do Lote nº 05 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das Leis nº 8.987/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previsto no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei”.

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder ao desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto de levantamento e avaliação), não há que se falar em

qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no Governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamado este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer.

Os deputado que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica registrado o voto do deputado Durval Amaral e demais deputados, que já nos demais projetos votaram pela inconstitucionalidade.

Em discussão ao Projeto de Lei nº 340/2003 - Mensagem nº 18/2003.

Encerrada a discussão.

Em votação. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Registrando a abstenção dos senhores deputados Durval Amaral, Plauto Miró, Ademar Traiano, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, sem prejuízo do mérito, em função da inconstitucionalidade que está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2003. Fica o poder concedente autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato nº 076/97, para exploração do lote número 06 do Programa de Concessão de

Rodovias do Estado do Paraná. SEM PARECER. (**Publ. no DA. nº 048/2003, de 16/06/2003**).

Solicito ao deputado Bradock, a leitura do seu parecer.

O SR. DELEGADO BRADOCK

(**Lê parecer**):

“PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 341/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 019/2003, o projeto de lei em pauta “autoriza o Poder Executivo a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 076/97 para exploração do Lote nº 06 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das Leis nº 8.987/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previsto no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei”.

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder ao desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto de levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal,

sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no Governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamado este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em discussão o parecer do deputado Bradock.

Encerrada discussão.

Em votação. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Abstenção dos deputados: Durval Amaral, Elio Rusch, Plauto Miró, Ademar Traiano, Fernando Ribas Carli, Valdir Rossoni, em função da inconstitucionalidade da matéria e sem prejuízo do mérito, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado o voto de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Quero comunicar a todos os deputados e à sociedade do Paraná que a Copel é nossa, mas eu recebo uma mensagem com muita tristeza: “tarifas da Copel estão 25.27 mais caras a partir de hoje. Empresa fornece energia para trezentos e noventa e nove municípios do Paraná e Santa Catarina.”

A Copel continua nossa, 25.27 mais cara ao consumidor.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Quero lamentar o fato de o Estado do Paraná estar sem secretário de Segurança Pública desde hoje à tarde, em função de uma decisão do Poder Judiciário: “diante do exposto, com fundamento no Artigo 527, Inciso 03 do Código de Processo Civil, defiro o pedido de liminar para o fim de suspender a eficácia do Decreto nº 1308 de 22/05/2003, que nomeou o Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari para exercer em comissão o cargo de secretário de Estado da Segurança Pública.” Comunicações necessárias. Decisão do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Por certo o secretário, antes de querer colocar todos os prefeitos e vereadores do Paraná na cadeia, conforme ele manifestou ontem lá em Londrina, vai pensar duas vezes em como usar a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Só para expressar que o secretário Delazari é do bem e deve merecer a confiança de todos os paranaenses. Tenho esperanças de que o recurso do Governo do Estado junto ao egrégio Tribunal de Justiça há de reconduzi-lo às suas funções. A parte do bem da sociedade paranaense há de ver esse digno promotor de Justiça reconduzido às suas funções.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Tentei pedir pela ordem antes, mas o microfone estava desligado. Embora, o assunto já tenha sido colocado, participei ontem do evento em que esteve presente o secretário Delazari em Londrina. E posso dizer, com toda segurança, que ele não usou essa expressão, absolutamente, de colocar os prefeitos e os vereadores na cadeia.

Estive presente no evento, no 5º Batalhão da Polícia Militar, às duas horas da tarde.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Só para não ficar uma dúvida no ar. Ouvi ontem e está no jornal da Rede Globo, às 7 horas da noite, assisti ao jornal, ele falando categoricamente que as viaturas da Polícia Militar que ali estavam sendo entregues, não deveriam servir só para prender bandido, mas, sobretudo, também prender vereadores e prefeitos em função da corrupção que acontece nessa esfera do Poder.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Faria uma solicitação aos senhores parlamentares, porque estamos em processo de votação do requerimento.

Após a votação do requerimento concederemos pela ordem.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Essa questão de ordem é uma questão pertinente, senhor presidente.

Quero consultar a Mesa se o horário regimental já está exaurido.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Foi prorrogado por duas horas.

Requerimento nº 1343, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados Dobrandino da Silva, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Duílio Genari e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Vou dizer-lhe que serei disciplinada, mas acho que algumas coisas devem ficar esclarecidas, até por questão de justiça.

Eu não estava ao lado do secretário quando ele deu entrevista; eu estava ao lado do secretário quando ele fez o seu pronunciamento na entrega das viaturas.

Gostaria de deixar consignado na Casa, que se ele disse isso em entrevistas, eu concordo literalmente, porque neste país é de praxe prender “ladrão de galinhas”; mas, “ladrões de colarinhos brancos”, corruptos, não estão nas cadeias. E, se essas viaturas forem usadas também com essa finalidade, Londrina terá um grande proveito.

Acho apenas que doze viaturas serão poucas, no Estado do Paraná, para prender a quantidade de corruptos que infelizmente ainda temos que conviver.

Quero deixar aqui, que não ouvi a entrevista, mas o discurso. Se ele disse isso na entrevista, quero registrar o meu integral apoio.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Apenas, para que não reste dúvida, deputado Durval Amaral. Também vi a entrevista dada ontem pelo secretário Delazari e o contexto colocado é que; “Nós não podemos apenas buscar as pessoas que são ladrões comuns, isso dito pelo secretário Delazari. Precisamos buscar e aprofundar o combate e a corrupção do colarinho branco, onde muitas vezes está também nas Câmaras dos Vereadores e junto às Prefeituras.”

Foi nesse contexto que foi colocado.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Senhor presidente, a Constituição estadual, de acordo com o artigo 20, fala das intervenções. E tem nesta Casa, fala da intervenção do município de Nova Aurora, com flagrantes denúncias, inclusive avaliadas pelo Tribunal de Contas com relação à intervenção. Eu peço que a Assembléia encaminhe e delibere de acordo com o que está previsto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não chegou às mãos do presidente da Assembléia ainda esse pedido, deputado.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Apenas um minuto só.

Queria lamentar aqui que a Base Governista, dos deputados estaduais desta Assembléia, volta e meia tem que defender declarações, no mínimo impensadas, por parte de autoridades do governo estadual.

Hoje, na Folha de Londrina, o governador chamou os seus secretários de “bonecas”.

A semana passada eles foram chamados de “gazeiteiros.” Ele se referiu em tom jocoso que eu não me permito repetir aqui, em relação às concessionárias dos pedágios.

Então, nós temos que respeitar, primeiro aqueles representantes da população que foram revestidos de poder, justamente através do voto direto.

Temos que lamentar esse “diz-que-diz-que”. Como membro da imprensa, “volta e meia” temos que voltar atrás naquilo que foi dito.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente.

É que a imprensa, infelizmente, nos últimos dias no Paraná, tem noticiado constantemente alguns adjetivos para políticos e para a sociedade do Paraná, através dos nossos governantes.

Começou com o governador Roberto Requião, quando ele chamou os prefeitos de sem-vergonha. Depois, chamou os prefeitos que estavam desviando recursos do combustível do transporte escolar quando, no governo passado, passava-se recursos e não recursos para o investimento.

E agora tomo conhecimento que o secretário da Segurança também usou alguns adjetivos não adequados para uma autoridade em um momento de solenidade ou mesmo quando vai para uma entrevista. E agora, o deputado Barbosa, lá de Londrina, nos dá também outra informação.

Quer dizer, é lamentável que isso esteja acontecendo no nosso Estado do Paraná, um Estado que nós gostamos tanto, um Estado que tem um progresso e que está mudando em todos os sentidos, mas os nossos governantes, infelizmente, ainda não conseguiram, parece, se colocar na sua devida cadeira e respeitar, acima de tudo, a sociedade do Paraná e as autoridades constituídas.

E ouvi também, recentemente, não cabe a mim essa declaração, acho que sou da Base da Oposição na Assembléia Legislativa, quando o governador, em uma reunião que teve no Canal da Música e apenas oito secretários estiveram presentes, declarou na imprensa que o secretário que não viesse nessa reunião, seria demitido publicamente. E nessa mesma reunião, parece, teve alguns secretários até com compromissos aqui na Assembléia Legislativa.

Então, são feitas algumas declarações dentro da equipe administrativa do Governo do Estado, quando não

há esse respeito nem na equipe de secretário, quem dirá com a sociedade do Paraná! E digo: a Copel é nossa! Viva os 25%!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1327, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente.

Aprovado.

O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Com relação ao que foi falado sobre o reajuste na Copel, eu gostaria de informar aos deputados que falei agora com o presidente da Copel, o Dr. Paulo Pimentel, que nos informou que também ficou surpreso com o reajuste. Essa é uma determinação da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, e a Copel ainda não definiu se vai repassar esse reajuste para o Estado do Paraná.

Então, essa questão ainda não está definida e é um esclarecimento aos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento do deputado Tadeu Veneri. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1330, de autoria dos deputados Ângelo Vanhoni e Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, este requerimento diz respeito ao seguinte: o deputado Rafael Greca tem um projeto na Assembléia Legislativa e o governo italiano tem uma verba destinada a ajudar na preparação de professores das escolas públicas do Estado do Paraná, para o ensino da língua italiana.

Então, esse é um convênio que pode ser estabelecido entre o governo do Estado do Paraná e o governo italiano. Já é feito isso em Santa Catarina, com bons êxitos para o ensino de línguas e o aperfeiçoamento dos jovens catarinenses.

Esperamos que com a aprovação dessa lei autorizatória que o deputado Rafael Greca está apensando para a tramitação, que o Governo do Estado do Paraná possa fazer esse convênio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação, o requerimento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Em relação a esse requerimento parece-me que hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, foi pedido vistas pelo deputado Antonio Anibelli.

Então, gostaria de saber se há condições de esta Casa aprovar esse requerimento em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está aprovado o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Como se falou bastante da Copel aqui, eu queria fazer uma saudação especial aos deputados que votaram a favor da venda da Copel nesta Casa.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Requerimento nº 1317, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1320 a 1326, de autoria do deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1328, 1332 e 1335, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1329, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1333, de autoria do deputado Neivo Beraldin, com apoio dos deputados Pedro Ivo Ilkiv, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Luciana Rafagnin e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1334, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1337, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1342, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Quero lembrar aos nossos colegas deputados e deputadas, da confraternização que teremos hoje, à noite, pelo encerramento do período legislativo, a convite do deputado Hermas Brandão e da Mesa Executiva. Gostaríamos de lembrá-los, para que todos se façam presentes, para que possamos terminar esse período em um clima mais ameno, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 125, 176, 209 e 290/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 288, 291, 336, 337, 338, 339, 340 e 341/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 282, 283, 289, 296, 310, 311 e 346/2003.
e dos Projetos de Lei Complementar n°s 342 e 359/2003.

Levanta-se a Sessão.

Ata da CPI:

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
BANESTADO
ATA DA 20ª REUNIÃO**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e três, na Biblioteca deste Poder, sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Braddock, Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Waldir Leite, Miltinho Pupio e Francisco Bühner. Compuseram também a Mesa os delegados da Polícia Federal, José Francisco de Castilho Neto e Renato Barbosa, bem como o promotor de Justiça, Maurício Valeixo. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo

à votação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir foram ouvidos os ex-funcionários do Banestado, Antonio Carlos Lopes, Paulo Janino Júnior, César Antonio Fávero, Valdir Antonio Perin e o ex-diretor de câmbio e ex-vice presidente do Banestado, Aldo de Almeida Júnior. A comissão ouviu também o senhor Eugênio L. Stefanelo. O deputado Neivo Beraldin, submeteu à deliberação da Comissão a participação dos senhores delegados José Francisco de Castilho Neto, Renato Barbosa e do promotor de Justiça Maurício Valeixo no interrogatório dos depoentes. Em votação. APROVADO. As indagações, bem como as respostas dos depoentes, constam das notas taquigráficas que passam a integrar a presente Ata. Durante o depoimento, os senhores Aldo de Almeida Júnior, Paulo Janino Júnior e Eugênio Stefanelo concordaram em abrir o seu sigilo bancário fiscal e telefônico, assinando declaração neste sentido. O senhor presidente submeteu à votação a convocação do presidente do Banco Itaú e diretores. Em votação, APROVADO. O deputado Pedro Ivo Ilkiv, requereu informações à Ambiental Paraná, no sentido de informar a esta comissão a relação de todas as florestas que foram vendidas a partir de 1996, bem como a quantidade, localidade, valor e adquirentes. Em votação. APROVADO. Requereu também informações ao Tribunal Regional do Trabalho e Junta de Conciliação e Julgamento. Em votação. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, demais deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário